

**Guadalupe Costa de Sousa Lima**

**O CONCEITO E A PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NO SISTEMA INTERNACIONAL E NO  
BRASIL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

**Brasília – DF**

**2003**

# **Guadalupe Costa de Sousa Lima**

## **O CONCEITO E A PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SISTEMA INTERNACIONAL E NO BRASIL**

Banca Examinadora:

---

Prof. MSc. Marco Antonio de  
Menezes Silva  
(Orientador)

---

Prof. MSc. Cláudio Tadeu Cardoso  
Fernandez  
(Membro)

---

Prof. MSc. Marcelo Gonçalves Valle  
(Membro)

**Brasília – DF**

Junho de 2003

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à colaboração e apoio de meus colegas, que tanto me incentivaram nesta reta final. Agradeço, também, à minha querida amiga Zita Müller, que despertou em mim o interesse pela temática ambiental, com toda competência e paixão que ela dedica ao tema. À minha querida professora Raquel Boing, faço um agradecimento especial por suas aulas de Teoria Política Moderna e Contemporânea, ministradas com tamanha autoridade e generosidade e que tanto me ajudaram na realização desse trabalho. Agradeço, também, ao caro Professor Marcelo Valle, que me acompanhou durante a pesquisa e redação final deste trabalho e a quem recorri nas horas de maior insegurança. Ao meu orientador, Marco Antonio de Meneses Silva, agradeço pela paciência e pela generosidade por ter me acolhido no último momento, por ter me encorajado a persistir, apesar das dificuldades que enfrentei e por ter me dado liberdade para expressar meu pensamento, aceitando minhas palavras e meus argumentos, mesmo quando estes não iam de total acordo com seu próprio pensamento. Agradeço, acima de tudo, aos meus amados pais, Percílio e Carmen, que acreditaram em mim e que sempre me proporcionaram uma ótima educação intelectual, moral e espiritual, me apresentando, no decorrer dos anos, a prática humanista do respeito ao próximo. Se hoje me considero um ser humano com princípios éticos fortemente consolidados, é por que ambos me ensinaram, com muito amor, que cada ato meu pode ter conseqüências sobre outros indivíduos e sobre este lar que chamamos de Planeta Terra.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	05
3. SISTEMA INTERNACIONAL.....	09
3.1. <u>O Estado dentro da Globalização</u> .....	09
3.2. <u>A Teoria das Relações Internacionais e o Meio Ambiente</u> .....	17
3.3. <u>Países Desenvolvidos e o Sistema Internacional</u> .....	23
3.4. <u>Países em Desenvolvimento e a Globalização das Economias</u> .....	27
3.5. <u>A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Estocolmo 1972</u> .....	32
3.6. <u>Conferência das Nações Unidas em Nairóbi – 1982</u> .....	36
3.7. <u>Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro 1992</u> .....	38
3.8. <u>Cúpula Mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Joanesburgo, 2002</u> .....	40
3.9. <u>As Convenções e Protocolos Internacionais</u> .....	43
3.9.1. <u>Convenção sobre Poluição Transfronteiriça de Longo Alcance – CPT e Protocolo de Helsinque para a Redução das Emissões de Enxofre</u> .....	43
3.9.2. <u>A Convenção de Viena e o Protocolo de Montreal</u> .....	44
3.9.2. <u>Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB</u> .....	45
3.9.3. <u>Convenção sobre Mudanças Climáticas – CMC</u> .....	46
3.9.4. <u>Protocolo de Kyoto – PK</u> .....	47
4. A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DOMÉSTICA DE MEIO AMBIENTE.....	49
5. CONCLUSÃO.....	58
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61



**Guadalupe Costa de Sousa Lima**

**O CONCEITO E A PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NO SISTEMA INTERNACIONAL E NO  
BRASIL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

**Brasília – DF**

**2003**

# **Guadalupe Costa de Sousa Lima**

## **O CONCEITO E A PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SISTEMA INTERNACIONAL E NO BRASIL**

Banca Examinadora:

---

Prof. MSc. Marco Antonio de  
Menezes Silva  
(Orientador)

---

Prof. MSc. Cláudio Tadeu Cardoso  
Fernandez  
(Membro)

---

Prof. MSc. Marcelo Gonçalves Valle  
(Membro)

**Brasília – DF**

Junho de 2003

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à colaboração e apoio de meus colegas, que tanto me incentivaram nesta reta final. Agradeço, também, à minha querida amiga Zita Müller, que despertou em mim o interesse pela temática ambiental, com toda competência e paixão que ela dedica ao tema. À minha querida professora Raquel Boing, faço um agradecimento especial por suas aulas de Teoria Política Moderna e Contemporânea, ministradas com tamanha autoridade e generosidade e que tanto me ajudaram na realização desse trabalho. Agradeço, também, ao caro Professor Marcelo Valle, que me acompanhou durante a pesquisa e redação final deste trabalho e a quem recorri nas horas de maior insegurança. Ao meu orientador, Marco Antonio de Meneses Silva, agradeço pela paciência e pela generosidade por ter me acolhido no último momento, por ter me encorajado a persistir, apesar das dificuldades que enfrentei e por ter me dado liberdade para expressar meu pensamento, aceitando minhas palavras e meus argumentos, mesmo quando estes não iam de total acordo com seu próprio pensamento. Agradeço, acima de tudo, aos meus amados pais, Percílio e Carmen, que acreditaram em mim e que sempre me proporcionaram uma ótima educação intelectual, moral e espiritual, me apresentando, no decorrer dos anos, a prática humanista do respeito ao próximo. Se hoje me considero um ser humano com princípios éticos fortemente consolidados, é por que ambos me ensinaram, com muito amor, que cada ato meu pode ter conseqüências sobre outros indivíduos e sobre este lar que chamamos de Planeta Terra.



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	05
3. SISTEMA INTERNACIONAL.....	09
3.1. <u>O Estado dentro da Globalização</u> .....	09
3.2. <u>A Teoria das Relações Internacionais e o Meio Ambiente</u> .....	17
3.3. <u>Países Desenvolvidos e o Sistema Internacional</u> .....	23
3.4. <u>Países em Desenvolvimento e a Globalização das Economias</u> .....	27
3.5. <u>A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Estocolmo 1972</u> .....	32
3.6. <u>Conferência das Nações Unidas em Nairóbi – 1982</u> .....	36
3.7. <u>Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro 1992</u> .....	38
3.8. <u>Cúpula Mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Joanesburgo, 2002</u> .....	40
3.9. <u>As Convenções e Protocolos Internacionais</u> .....	43
3.9.1. <u>Convenção sobre Poluição Transfronteiriça de Longo Alcance – CPT e Protocolo de Helsinque para a Redução das Emissões de Enxofre</u> .....	43
3.9.2. <u>A Convenção de Viena e o Protocolo de Montreal</u> .....	44
3.9.2. <u>Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB</u> .....	45
3.9.3. <u>Convenção sobre Mudanças Climáticas – CMC</u> .....	46
3.9.4. <u>Protocolo de Kyoto – PK</u> .....	47
4. A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DOMÉSTICA DE MEIO AMBIENTE.....	49
5. CONCLUSÃO.....	58
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61



## 1. INTRODUÇÃO

As discussões que cercam os problemas ambientais e o desenvolvimento sustentável permeiam a atividade dos vários atores que compõem o sistema internacional. Discutir as ações, obrigações e limitações de cada ator isoladamente não é um exercício simples. Discutir tudo isso em um contexto de interdependência global, dirigindo o foco da análise para o meio ambiente, sua preservação e o crescimento econômico é ainda mais complexo. Neste contexto, o setor privado, o Estado, as organizações internacionais e a sociedade civil organizada vêm desempenhando um crescente papel na condução da agenda internacional, influenciando as tomadas de decisão e até mesmo discutindo a hierarquia que se dá dentro desta agenda.

Para que esta discussão seja coerente devemos, antes de tudo, compreender que os problemas ambientais são interdependentes, não observam fronteiras e possuem características sistêmicas, e que os atores e suas capacidades isoladas, serão insuficientes se suas ações não forem coordenadas entre si, considerando sempre as limitações e a capacidade dos Estados para colocar em prática as políticas ambientais. Estas políticas implicam custos elevados e o setor privado e a sociedade, guiados pela lógica da concorrência e do consumo, não estão dispostos a arcarem sozinhos com tamanha responsabilidade. Ou seja, toda e qualquer adaptação necessária na produção e no consumo humano, deve contar com ações de cooperação multilateral e com o comprometimento efetivo dos atores envolvidos (iniciativa privada, OIs, ONGs, sociedade e Estado).

A idéia de se unir meio ambiente e economia, surgida no início da década de 1970, desenvolveu-se mais tarde no Relatório Brundtland, em 1987 e é, até hoje, a base do que entendemos de desenvolvimento sustentável. Aliar crescimento econômico e proteção ambiental em um só conceito é entendido como a fórmula mais precisa para se combater a pobreza e promover o desenvolvimento através de política a ações que não inviabilizem as gerações futuras de atenderem suas necessidades. Os

instrumentos deste modelo de desenvolvimento vêm sendo debatidos nas conferências internacionais e sua promoção e prática no sistema internacional vem sendo normatizada nas convenções e nos protocolos internacionais que versam sobre os mais diferentes temas, que vão de mudanças climáticas à poluição transfronteiriça, de diversidade biológica à lixo tóxico.

Alguns pontos do debate ambiental e da prática do desenvolvimento sustentável são extremamente críticos. O intuito deste trabalho é tentar abordar alguns destes pontos. É claro que não há aqui a pretensão de se esgotar os pontos considerados críticos. Estes pontos são muitos e seria necessário um conhecimento muito abrangente para identificar todos eles. Também vale esclarecer que, entre os problemas que são tratados, tampouco há a pretensão de se oferecer uma fórmula mágica para cada um deles. O que se propõe aqui é fazer um levantamento, dentro das limitações da autora, da problemática do desenvolvimento sustentável dentro das relações internacionais, visando uma revisão conceitual que facilite a inserção e conciliação dos vários interesses que estão em jogo, quando os problemas ambientais são deslocados das discussões acadêmicas para os foros internacionais. Além disso, essa revisão conceitual também serviria para facilitar a elaboração de um quadro normativo internacional de forma a tornar a prática do conceito de desenvolvimento sustentável algo um tanto mais viável para países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

A primeira e mais breve parte deste trabalho discutirá o próprio conceito de desenvolvimento sustentável, seu surgimento na década de 1970 e sua transformação na década de 1980. Dentre os vários teóricos que se ocupam da revisão informal deste conceito, Anthony Giddens foi o escolhido para nortear o presente trabalho. É a partir de sua “visão de mundo” que este trabalho entende o que é e para o que serve o desenvolvimento sustentável. São muitas as ciências que se ocupam do tema meio ambiente. Dentro da literatura disponível, podemos observar como os cientistas políticos, economistas, filósofos, sociólogos, biólogos e todos os outros ramos acadêmicos abordam a temática ambiental. Todavia, apesar de serem tantas as

ciências que se ocupam do tema, até hoje não fomos capazes de abarcar todos os interesses que estão em jogo dentro e fora do Estado-nação, no sentido de se alcançar uma plena funcionalidade para o desenvolvimento sustentável. Como será visto adiante, o caminho que este trabalho propõe é tentar alargar o conceito de desenvolvimento sustentável, trazendo um certo grau de abstração e anexando ao conceito uma vertente mais filosófica. Ou seja, o intuito é ampliar este conceito de forma a abrir espaço para que nele sejam inseridos os diferentes agentes e seus respectivos interesses.

Na etapa seguinte será discutida, primeiramente, a forma como o meio ambiente interage com as relações internacionais e como as questões ambientais vêm ganhando espaço na teoria política internacional através da articulação de ambientalistas junto aos foros de decisões internacionais. Hoje podemos dizer que, mesmo que o meio ambiente nem sempre seja preservado da forma devida, a vinculação entre crescimento econômico e preocupações ambientais que hoje acontece no sistema internacional, já pode por si só ser considerada uma vitória. Neste contexto, será dada uma ênfase à globalização das economias, à relação do Estado com o sistema internacional e à relação de desequilíbrio que existe nas relações internacionais no que se refere ao jogo político e econômico que existe quando as OIs, os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento tentam defender seus próprios interesses. Esta etapa tentará mostrar que, apesar dos razoáveis avanços que o mundo alcançou em matéria de normas internacionais de meio ambiente e da vinculação entre meio ambiente e economia, os interesses de ordem econômica ainda prevalecem sobre as questões ambientais. Em seguida, mas ainda na segunda parte, serão apresentadas as quatro conferências internacionais que as Nações Unidas organizou entre os anos de 1972 e 2002 e algumas das mais importantes convenções celebradas em áreas temáticas ambientais, assim como alguns protocolos adicionais às estas convenções.

A terceira e última parte deste trabalho se dedicará a mostrar como o Brasil iniciou a prática de suas políticas domésticas de cunho ambiental e como se deu a inserção do Brasil nas discussões internacionais de meio ambiente. O intuito é mostrar

que, mais uma vez, assim como acontece no sistema internacional, convergir interesses e orquestrar os esforços é tarefa das mais complexas. Não basta criar órgãos governamentais específicos para a temática ambiental, se na prática as esferas do Governo não conseguem conciliar e convergir suas ações com a finalidade comum de se promover o desenvolvimento e preservar o meio ambiente. É preciso esclarecer que não será discutido o “porquê” desta dificuldade administrativo política, mas sim se mostrar simplesmente que estas dificuldades existem e que elas acabam por dificultar a implementação das políticas nacionais de cunho ambiental.

## 2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As décadas de 1960 e 1970, com a crise do petróleo e a emergência do movimento ambientalista, apresentaram ao mundo uma nova preocupação de cunho ambiental. A partir deste período, tanto cientistas quanto políticos passaram a questionar o uso de recursos naturais e a emissão de poluentes de forma bastante crítica. Percebia-se, além disso, que os assuntos ligados ao meio ambiente são de natureza altamente sistêmica e que a interdependência ecológica pedia que as ações fossem estrategicamente planejadas em níveis internacionais.

Neste período, uma série de questionamentos acerca do homem moderno e seus padrões de consumo começa a tomar forma. A responsabilidade do Estado-Nação e as conseqüências de uma economia liberal passam a ter um papel central nas discussões ambientais. Conforme o documento World Resources 2000-2001, um estudo realizado pelo World Resource Institute em parceria com o Banco Mundial e as Nações Unidas, 50% dos empregos de todo o mundo estão na agricultura, nas atividades florestais e na pesca e a produção resultante de *commodities* ainda domina as economias de um quarto dos países. Após exaustiva análise de dados, os autores nos oferecem duas conclusões: a primeira é de que vários ecossistemas estão desaparecendo em função do impacto da atividade humana. A segunda, de que estamos caminhando para uma situação de insustentabilidade, pois no futuro o meio ambiente será menos capaz de viabilizar a contínua produção bens e serviços dos quais depende a vida humana. Se a mensagem é clara quando diz que os limites do planeta não podem ser ignorados, então o mercado internacional, a política e a economia não podem mais ignorar também que é chegada a hora de se promover uma mudança paradigmática através de escolhas e ações políticas acertadas. Ou seja, “*o meio ambiente impõe uma série de limites naturais na atividade humana o que, por sua vez, determina as escolhas políticas e econômicas*” (Andrew Kilmister, 2002). Através desse

pensamento, a ecologia adentra, de forma definitiva, no campo da ciência econômica.

A preocupação com os limites físicos da terra antecede a década de 1960, como será demonstrado no capítulo que apresenta a Conferência de Estocolmo. Todavia, foi somente na década de 1970 que os riscos de um possível esgotamento de recursos se tornou um tema abordado internacionalmente, despertando a preocupação de grupos ambientalistas, políticos, economistas e acadêmicos das mais diversas áreas. Pensando assim, o Clube de Roma lança o Relatório Meadows, polêmica publicação de 1972 que projetava o esgotamento mundial dos recursos naturais por sua exploração. Surge, então, um embate entre os pregadores da tese do “crescimento zero” – conhecida por neo-malthusiana – e os defensores do desenvolvimentismo (defendido pelos países em desenvolvimento).

No mesmo ano de lançamento do Relatório Meadows, acontece a Conferência em Estocolmo e é lançada a idéia do Ecodesenvolvimento, segundo a qual crescimento econômico e preservação ambiental não somente são compatíveis, como são, também, interdependentes. Este pensamento desenvolve-se na proposição do Desenvolvimento Sustentável, consolidada, em 1987, nas linhas do Relatório Brundtland<sup>1</sup> (Our Common Future). Este Relatório tinha, como uma de suas principais recomendações, a realização de uma conferência mundial que tratasse dos problemas de ordem ambiental ali levantados. Nesse Relatório, pela primeira vez, foi cunhada a clássica definição de desenvolvimento sustentável, caracterizado como o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas. Vale lembrar que um embate entre desenvolvimentistas e neo-malthusianos deu-se novamente durante a década de 1990, quando o PNUMA anexou a um de seus relatórios anuais um documento onde se afirmava: *“Toda geração deve deixar os recursos de água, ar e solo tão puros, ou despoluídos,*



*quanto estavam quando ela veio ao mundo. E cada geração deve deixar o mesmo número de espécies de animais que encontrou*". Em resposta a esta afirmação, Robert Solow, economista do Massachusetts Institute of Technology, lembrou que a tecnologia poderia vir a suprir pontos importantes, a exemplo da energia, onde novas formas de geração de energia poderiam substituir o uso do petróleo e da água. Solow disse que aquela "*era a forma errada de se abordar o tema*", e que "*o verdadeiro compromisso deveria ser o de dar a opção, ou a capacidade, para que se tenha no futuro tanto quanto temos hoje.*"<sup>2</sup>

Neste contexto, o paradigma do desenvolvimento sustentável surgido na década de 1970 é o que mais se aproxima deste modelo de organização, pois requer ações sistêmicas de natureza econômica e política. O problema é que, mesmo com as tentativas de se delinear melhor o que vem a ser o desenvolvimento sustentável, os conceitos apresentados após a década de 70 não se mostraram totalmente eficientes na sua proposta. A idéia de que toda geração deve deixar os recursos de água, ar e solo tão puros, ou despoluídos quanto os encontrou já se mostrou inviável e até ultrapassada.

A este respeito, o próprio Relatório *Brundtland* forneceu uma definição simplista de desenvolvimento sustentável. Segundo Anthony Giddens, "*desenvolvimento sustentável, portanto, é mais um princípio norteador do que uma fórmula precisa.*"<sup>3</sup> Ou seja, para Giddens, ao invés de tentarmos definir ou conceituar o desenvolvimento sustentável, devemos simplesmente perseguir modelos mais "limpos" de produção e nortear as políticas de desenvolvimento observando as limitações naturais do planeta e as necessidades sociais do ser-humano. Um fator que pode ser usado a nosso favor, é a atual capacidade de avanço tecnológico que temos hoje, tal como proposto por autores como Marteen Haajer, teórico defensor da "modernização ecológica". Segundo o referido autor, o ideal, antes de tudo, é prevenir a poluição e o uso desnecessário dos

---

<sup>1</sup> O Relatório recebeu o nome de Brundtland devido à Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, Presidente da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

<sup>2</sup> Fonte: The Economist, Ed. nº 89, 2002.

<sup>3</sup> GIDDENS, A. A terceira via. Rio de Janeiro, Editora Record, 3ª ed., 1999.

recursos, substituindo as tecnologias poluidoras em favor de modos de produção eficientemente planejados. Seria algo como buscar uma profilaxia ecológica em lugar de se preocupar somente com a cura dos males já causados. Eficiência econômica, avanços tecnológicos (quando compartilhados), equilíbrio ambiental e preocupações sociais passariam a ser o caminho mais curto para se alcançar bases consistentes para uma nova abordagem, ou mesmo um novo paradigma, no estudo dos problemas econômicos-sociais-ambientais do novo século e na compreensão do que vem a ser o desenvolvimento sustentável.

A intenção aqui é mostrar que desde a década de 1960, várias fórmulas vêm surgindo para tentar viabilizar o desenvolvimento econômico dentro de parâmetros ambientais considerados seguros. Foi assim que, na década de 1970 surgiu a primeira conceituação de desenvolvimento sustentável. A publicação do Relatório Brundtland trouxe modificações no conceito tradicional de desenvolvimento sustentável. Conforme novas conferências iam acontecendo, novas adaptações iam sendo feitas neste conceito. A tentativa era a de tornar o conceito algo a prova de falhas, hermeticamente fechado, de maneira que nenhum fator externo pudesse interferir ou prejudicar a eficiência do conceito. O cenário de políticas ambientais que se formou nesse intervalo mostra que são muitas as tentativas, mas que são poucos os acertos. Talvez o que esteja impedindo que o desenvolvimento sustentável se torne, na prática, algo viável, seja exatamente esta hermeticidade que vem se tentando aplicar ao conceito. Se compreendermos esta dinâmica sob a ótica de Giddens, vemos que quanto mais fechado o conceito de desenvolvimento sustentável e quanto mais estreitos os modelos a serem seguidos, mais difícil será convergir os interesses daqueles agentes que ditam as regras dentro do sistema internacional. Neste caso, a fórmula para se estabelecer eficientemente a prática do desenvolvimento sustentável, seria deixar de lado conceitos, modelos e regras de desenvolvimento em prol de uma mudança de natureza mais filosófica e menos política, mais holista e espiritual e menos racional e realista.

---

### 3. SISTEMA INTERNACIONAL

#### 3.1. O Estado dentro da Globalização

Esperava-se que as teorias e políticas de desenvolvimento surgidas pós-Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria fossem capazes de sanar estes problemas de distribuição de riqueza, fornecendo os instrumentos necessários para um crescimento econômico que resultasse na melhoria das relações sociais e políticas, levando à crescente democratização e a uma sociedade mais pluralista. Infelizmente, o que podemos constatar neste início de século é exatamente o contrário. Temos, sim, uma crescente disparidade, desigualdade e distorção na distribuição de riquezas em quase todos os países em desenvolvimento.

Isto nos leva a um ponto crucial na discussão do papel do Estado na relação com dos problemas ambientais em um mundo interdependente e onde o conceito de soberania vem sendo enfraquecido pela emergência de uma sociedade internacional sem precedentes na História mundial. Na Ecologia Política, por exemplo, a soberania do Estado é questionada quando às externalidades<sup>4</sup> das políticas nacionais de desenvolvimento e de defesa afetam negativamente o meio ambiente, a qualidade de vida e a segurança dos países vizinhos ou mesmo distantes. Se entendermos que todo país tem o direito de exercer sua soberania dentro de seu território nacional de forma a atender suas necessidades, a interdependência ecológica<sup>5</sup> coloca em xeque boa parte desta liberdade. Compreendendo esta lógica, uma grande parcela da comunidade

---

<sup>4</sup> Existem dois tipos de externalidades: as externalidades positivas trazem benefício, enquanto as externalidades negativas impõem um custo à sociedade. A poluição do ar, por exemplo, é uma externalidade negativa, uma vez que ela traz danos, que não se incluem no custo de produção. Uma grande parte da literatura de economia do meio ambiente, é consagrada aos diferentes meios de evitar a imposição de tais custos, que são suportados pelo conjunto da sociedade, ao passo que os benefícios não afluem senão a uma pequena parte. Uma solução corrente é a de internalizar tais custos através da regulamentação ou através da carga fiscal. Surge, então, uma dificuldade: onde deter-se? Segundo quais critérios identificar as externalidades, que seria preciso levar em conta, e as externalidades, que se pode ignorar? (LE PESTRE, 2000: 45)

<sup>5</sup> Quando uso o termo "interdependência ecológica" me refiro ao fato de que os maiores problemas ambientais, como mudanças climáticas e poluição marítima, são inerentemente transfronteiriços. Ou seja, ações locais podem ter repercussão internacional no que tange aos danos ambientais.

científica e política concorda que o processo de globalização impõe um alto grau de interdependência entre os diferentes atores do cenário internacional; que esta interdependência, por sua vez, impõe a necessidade de se incrementar a cooperação na economia, na política e na ciência e tecnologia e, conseqüentemente, na busca por soluções dos grandes problemas ambientais que afligem e ameaçam a preservação do planeta. Dando seqüência a esse pensamento, para que essa cooperação seja duradoura e sólida, é necessário que contemos com organismos supranacionais que estruturem jurídica e institucionalmente o sistema internacional, criando acordos internacionais e disseminando mundialmente os princípios de um desenvolvimento econômico e humano que seja, ao mesmo tempo, justo e sustentável ambientalmente.

O problema na concepção de tais organismos não está somente na operacionalização destes órgãos, mas também diz respeito à nossa compreensão limitada e conservadora da dinâmica da política mundial. O sistema internacional contemporâneo é tão complexo e apresenta mudanças tão dinâmicas, que nem sempre os governos, especialmente dos países em desenvolvimento, conseguem acompanhar o passo, principalmente no que diz respeito à manutenção e exercício da sua soberania. A profusão de novas idéias, atores, instituições, arranjos, enfim, de todas as novidades que acompanham o processo de globalização, realocam constantemente os pontos de poder, deslocando as decisões que antes eram da alçada exclusiva do Estado, para novas esferas que compõe o sistema internacional. Na atualidade, nem sempre o Estado tem a autoridade de decidir sozinho sobre um assunto que lhe diz respeito, e se este insistir em centralizar as decisões, pode acabar sofrendo sanções econômicas que anulariam as vantagens que tais decisões poderiam trazer. Estas sanções podem ter origens nas relações bilaterais entre estados ou entre estados e instituições, mas também nas relações multilaterais entre agentes do sistema internacional.

Como podemos ver, a emergência de uma sociedade internacional institucionalizada, repleta de normas e estruturas jurídicas, representa um desafio ao exercício da soberania ou, pelo menos, à maneira tradicional que conhecemos de se

exercer soberania. A necessidade de se resolver os problemas ambientais comuns aos diversos países, desloca para as instituições e regimes internacionais o poder que antes era só do Estado. Estes novos regimes e instituições vêm formando novos centros de poder e autoridade que desafiam a autoridade dos governos nacionais. Os Estados acabam oprimidos pelo crescente e diversificado cenário de princípios, regras, normas e instituições internacionais; e também pelo fato de que, em um mundo interdependente, mesmo o “mais poderoso” depende da cooperação. O que acaba por restringir seu poder e influenciar outros estados e atores. O resultado deste processo tem sido uma grande e importante mudança no caráter e nas metas da nova sociedade internacional, que tem se afastado da velha idéia de coexistência e caminhado na direção de regras e instituições com noções como a de “responsabilidade compartilhada” e de “bem planetário.”<sup>6</sup>

Esta nova sociedade internacional, preocupada com questões ambientais e encabeçada pelas ONGs e por órgãos como o PNUMA<sup>7</sup>, vem buscando novas formas de conciliar desenvolvimento e meio ambiente em um cenário altamente diversificado como é o cenário da globalização. Neste contexto, conciliar os interesses dos países desenvolvidos com as necessidades dos países em desenvolvimento tem sido a grande e difícil tarefa de todos. De um lado temos o respeito à soberania nacional e a necessidade de se atender às necessidades sociais dos menos favorecidos, de outro temos a urgência em estabelecer maior respeito e responsabilidade no uso dos recursos naturais que se encontram dentro das fronteiras nacionais. Talvez uma das mais eficientes maneiras de se resolver esta questão seja a disseminação do conceito de “governabilidade global”, algo semelhante a um reordenamento da autoridade dos países no trato de questões de interesse internacional. A ONU, por exemplo, criou, em 1995, a Comissão de Governança Global, que nasceu com base na crença de que o mundo estaria pronto para aceitar uma ética cívica global e de que estados soberanos não são livres para fazerem o que quiserem. O argumento desta Comissão é que, diante de fronteiras cada vez mais porosas, é preciso exercer a soberania de forma

---

<sup>6</sup> Os termos “responsabilidade compartilhada” e “bem planetário” foram retirados do texto de Andrew Hurrell, “International Political Theory”, pg.139. O referido texto faz parte do livro *International Relations Theory Today*, Pennsylvania University Press, 1995.

coletiva, deixando de lado a conservadora idéia de que cada Estado pode fazer o que bem entender dentro de suas fronteiras nacionais. A soberania coletiva serviria não só para resolver problemas de guerra, de povos famintos ou escravizados, mas também para assegurar a manutenção de áreas críticas para a sobrevivência da humanidade como o Ártico e a Amazônia, controlar a emissão de carbono pelos EUA ou a eventual obstrução do uso das fontes de petróleo da OPEP<sup>8</sup>. Com esta proposta, a ONU sugeriu que lhe fosse dada a autoridade de intervir em territórios soberanos para lidar com questões humanitárias, ambientais, sociais e econômicas.

Esta proposta de governabilidade global talvez fosse realmente a chave de um novo mundo interdependente. Uma possibilidade de se resolver as grandes questões que afligem a humanidade e que não são solucionadas por falta de cooperação e responsabilidade internacional. Todavia, mais uma vez esbarramos na questão da soberania e do desequilíbrio no sistema internacional, no que diz respeito ao poder de decidir e influenciar que países desenvolvidos e países em desenvolvimento possuem.

Autorizar um mandato tão amplo como este à uma única organização deixa temerosos os países em desenvolvimento, que tradicionalmente estão em desvantagem em matéria de crescimento e que são largamente prejudicados pelo processo de globalização. Por outro lado, os países ricos não estão dispostos a enfraquecer sua soberania ou renegociar seu modo de vida, permitindo ingerência em suas políticas econômicas e sociais. Nesta dinâmica, inclusive, podemos perceber a diferença entre o exercício da soberania nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A governabilidade global exigiria de todos os países, ricos e pobres, o exercício da concessão em assuntos extremamente delicados e que dizem respeito diretamente ao crescimento de cada um e ao compartilhamento de responsabilidades em assuntos como erradicação de pobreza e distribuição de riquezas, uso de recursos naturais, mudanças climáticas e até assuntos ligados ao comércio internacional, como barreiras comerciais, subsídios às exportações e compartilhamento de novas tecnologias. Até a opinião pública estaria inserida nesta nova modalidade de governo. É

---

<sup>7</sup> Pnuma: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

de se pensar o que diriam os cidadãos brasileiros, por exemplo, se o Pantanal e a Amazônia brasileira tivessem sua gestão repassada à ONU. Ainda mais sem estar certo de que haveria uma contrapartida, ou seja, sem saber se aspectos desejados pelos brasileiros e países pobres, como redistribuição de riqueza ou tecnologia, por exemplo, seriam igualmente colocados em favor do bem da coletividade.

Outra dificuldade para se estabelecer uma governabilidade global diz respeito aos recursos que sustentariam este exercício. Em outras palavras, quem ficaria responsável pela maior parcela dos recursos, caso este modelo de governabilidade fosse estabelecido na prática e quem ficaria responsável pela gestão destes recursos? Se a idéia é realmente dividir carga, o correto a se fazer é arrecadar esses recursos daqueles que tem mais em prol dos que tem menos. Conforme a Cúpula Mundial do Meio Ambiente de 2002, os países ricos deveriam gastar algo em torno de 0,7% do seu PIB em ajuda aos países em desenvolvimento. Se considerarmos o PIB total do Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e EUA, teríamos cerca de 20,6 trilhões de dólares dos quais, segundo os cálculos da Cúpula, 144 bilhões seriam destinados à fundos de ajuda aos países em desenvolvimento. Já o Banco Mundial estima que para se eliminar da face da Terra as piores formas de pobreza e garantir a sustentabilidade do planeta, seriam necessários 225 bilhões de dólares ao ano<sup>9</sup>.

Ambas as cifras, tanto da ONU, quanto do Banco Mundial, parecem assustadoras e difíceis de se alcançar, principalmente se a compararmos com o orçamento anual da ONU, que gira em torno de 2,6 bilhões de dólares. Além de estas cifras serem bastante altas, a instituição internacional encarregada desta cobrança e da gestão de tais fundos ainda teria que formular meios de garantir que cada país contribuiria com sua parcela de forma devida e no prazo estimado. Até a própria escolha de uma instituição que ficaria encarregada de uma missão como esta seria difícil, visto que a natureza deste exercício requer um órgão capaz de arrecadar, gerir e distribuir estes fundos de maneira justa e competente. A ONU e o FMI são candidatos

---

<sup>8</sup> OPEP: Organização de Países Exportadores de Petróleo.

<sup>9</sup> Fonte: Manual de Estatísticas da Unctad, 2002; e site de notícias e artigos sobre meio ambiente Memória do Meio Ambiente [www.memóriadomeioambiente.org.br](http://www.memóriadomeioambiente.org.br)

naturais a gerir estes recursos, mas o FMI, em função de seu histórico de sagaz credor internacional, enfrentaria a oposição dos países devedores, o que deveria descartar de imediato sua candidatura. Já a ONU, talvez enfrentasse algumas dificuldades por parte dos norte-americanos, já que estes tendem a criar fortes barreiras toda vez que seu “*american way of life*” se vê ameaçado. Além disso, a ONU teve sua imagem bastante desgastada recentemente quando, apesar dos esforços, não conseguiu evitar a invasão norte-americana em território iraquiano.

Como é possível perceber, a implementação de um modelo de governabilidade global, apesar das possíveis vantagens que poderia trazer em matéria de organização no sistema internacional, enfrenta e possivelmente continuará enfrentando grandes dificuldades em face do tipo de globalização que o mundo adotou: um processo altamente competitivo em matéria de política e economia, que concentra as decisões políticas e econômicas nas mãos de um pequeno número de agentes e instituições internacionais.

O processo de globalização vem transformando o cenário internacional em uma grande teia, onde, por vezes, os papéis dos diferentes atores se confundem, se complementam ou mesmo se chocam, dependendo do interesse em jogo e do poder de ação e de barganha do ator envolvido. Já se vão algumas décadas desde que começamos a usar a palavra “globalização” para melhor entender e explicar certos aspectos da vida moderna. Antes de qualquer coisa, se quisermos compreender melhor essa tal “globalização”, devemos ter em mente que o que se passa é um redimensionamento das noções de espaço e tempo, onde fenômenos globais influenciam fatos locais e vice-versa. Ou seja, o processo de globalização relativiza os conceitos de local e global combinando-os, segundo nos aponta Vieira<sup>10</sup>, dentro de várias dimensões, como por exemplo, a dimensão cultural, a dimensão econômica, a dimensão política, a dimensão social e, obviamente, a dimensão ambiental. Ainda segundo Vieira, “*a globalização é normalmente associada a processos econômicos, como a circulação de capitais, a ampliação dos mercados ou a integração produtiva em*

---

<sup>10</sup> VIEIRA, L. Cidadania e Globalização. São Paulo, Record, 2002.



*escala mundial. Mas descreve também fenômenos da esfera social, como a criação e expansão de instituições supranacionais, a universalização de padrões culturais e o equacionamento de questões concernentes à totalidade do planeta (meio ambiente, desarmamento nuclear, crescimento populacional, direitos humanos etc)<sup>11</sup>.*

Para Anthony Giddens, a globalização é uma das conseqüências que a modernidade nos coloca, e está dividida em quatro dimensões: economia capitalista mundial; sistema de estados-nação; ordem militar mundial; e divisão internacional do trabalho<sup>12</sup>. Giddens afirma que *“a globalização, em suma, é uma complexa variedade de processos, movidos por uma mistura de influências políticas e econômicas. Ela está mudando a vida do dia-a-dia, particularmente nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que está criando novos sistemas e forças transnacionais. Ela é mais que o mero pano de fundo para políticas contemporâneas: tomado como um todo, a globalização está transformando as instituições das sociedades em que vivemos.”*<sup>13</sup>

Não há, aqui, a intenção de se obter uma resposta definitiva para como deve ocorrer o desenvolvimento e crescimento mundial dentro de padrões ambientalmente sustentáveis. Todavia, é necessário que se exponha aqui as transformações, especialmente na dimensão econômica, que o mundo vem sofrendo desde o fim da Guerra Fria e da expansão do capitalismo. Tais transformações ocorrem através das novas forças que operam na atual ordem mundial, dominada pela economia capitalista de cunho neoliberal que força os Estados a reverem e adaptarem suas políticas nacionais, ajustando-se à uma nova forma de interdependência dentro do sistema internacional.<sup>14</sup>

Essas mudanças impostas pela globalização se expressam não somente em termos de maiores laços e interações internacionais, como também na difusão de padrões internacionais de organização econômica e social, onde o consumo, o modo

---

<sup>11</sup> Íbidem, pg. 72.

<sup>12</sup> Para melhor conhecer as quatro dimensões da globalização propostas por Giddens, recomenda-se a leitura de *As Conseqüências da Modernidade*, Ed. Unesp.

<sup>13</sup> GIDDENS, A. *A Terceira Via*. Brasília, Instituto Teotônio Vilela, 1998.

<sup>14</sup> VIEIRA, L. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

de se viver e de se pensar são resultados de um jogo no qual a regra básica é baseada no livre mercado. Neste jogo, a participação de cada país ou região é profundamente desigual, já que países desenvolvidos e países em desenvolvimento não dispõem das mesmas armas de barganha. É exatamente em função desta desigualdade que nos deparamos hoje com tantas dificuldades na busca de soluções para os problemas que o meio ambiente enfrenta na atualidade. Se cada país luta com a arma que pode, os países de menor peso na economia mundial têm seu poder de fogo fragilizado. Esses países encontram dificuldades para conduzir seu crescimento de maneira mais sustentável e respeitando as normas internacionais que regulam o trabalho humano.

### **3.2. A Teoria das Relações Internacionais e o Meio Ambiente**

A Teoria das Relações Internacionais e a agenda internacional, tradicionalmente realista, colocam o Estado no papel de ator principal da política mundial, soberano e independente, onde os assuntos ligados à segurança e à economia ocupam o topo desta agenda. O foco central repousa sobre o poder e os interesses deste Estado, que compete constantemente dentro de um sistema internacional muitas vezes anárquico, se alinhando ou se opondo a outros Estados, na busca por uma melhor colocação na Balança de Poder.<sup>15</sup>

Todavia, o que não se previa era a emergência não só da noção de interdependência mundial, mas também de instituições livres de uma identidade nacional, ligadas somente a áreas de interesses específicos como comércio, direitos humanos e meio ambiente. Instituições que representam interesses próprios ou de um determinado número de países e/ou região, a exemplo dos Organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial de Comércio ou mesmo a Organização das Nações Unidas, que supervisiona e aconselha os países nas mais diversas áreas. Também não se previa a emergência de uma sociedade civil organizada (ONGs) e pronta para observar as políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento e de meio ambiente, cobrando ações e condenando o desrespeito aos direitos humanos às normas ambientais internacionais.

Esta nova sociedade civil organizada tem como base organizações que se dedicam às mais diversas áreas, podem ter uma atuação restrita à um determinado espaço do território nacional, como é o caso da CCPY (Comissão de Criação do Parque Yanomami), uma ONG que luta pela regularização de um território Yanomami na fronteira do Brasil com a Venezuela. Ou estas organizações podem expandir suas ações regionalmente ou mundialmente, como é o caso da WWF, que conta com escritórios localizados tanto nas grandes capitais, como em regiões remotas do planeta,

envolvendo-se em questões que vão desde a pesca predatória até mudanças climáticas. Esta sociedade civil organizada é um fenômeno recente e está embebida de conceitos éticos e morais e o meio ambiente é, sem dúvida, tema de constante debate e dos mais calorosos discursos. Este movimento de internacionalização da consciência ambiental e de surgimento de instituições independentes dos governos nacionais nos faz repensar não só a hierarquia da agenda realista, mas também as capacidades e as limitações que o próprio Estado moderno possui. O que os ambientalistas argumentam, em diferentes graus, é que os assuntos de ordem ambiental não podem mais ser tratados e considerados assuntos de *“low politics”*. Ao contrário disso, meio ambiente e economia não são somente temas interrelacionados, mas também não podem ser discutidos separadamente, especialmente no atual cenário de interdependência que o processo de globalização vem desenhando. Através deste argumento, o meio ambiente é alçado ao status de *“high politics”*, alcançando igual importância de temas como economia e segurança nacional.

A agenda realista, ao colocar o Estado como um ator absolutamente soberano e incontornável, não somente se apresenta ineficiente no trato das grandes questões ambientais, mas também caminha na contramão do processo de globalização, que tende a relativizar o poder do Estado nacional enquanto valoriza a criação dos novos regimes internacionais que regulam as atividades dos Estados. O modo tradicional de conceber a política restringe a ação dos regimes internacionais e as iniciativas da sociedade internacional no tratamento da dimensão normativa, que é indispensável para se aplacar globalmente os problemas ambientais globalmente disseminados. Este processo de globalização, juntamente ao surgimento da idéia de desenvolvimento sustentável e do surgimento de uma conscientização planetária sobre o meio ambiente sugere que é chegada a hora de reestruturarmos esta agenda. Ou seja, se o modo tradicional de conceber a política ambiental não consegue acompanhar o ritmo no qual os problemas vêm se apresentando, a melhor solução é reavaliar o cenário político e o desempenho dos atores que compõe este cenário. A intenção aqui não é negar a importância do Estado, mas sim rever o papel que este desempenha na condução das

---

<sup>15</sup> HURRELL, A. International Political Theory and the Global Environment. *International Relations and Theory Today*.

questões ambientais, já que tais questões não mais se restringem às fronteiras nacionais.

A teoria política do ocidente construída nos últimos três séculos vem colaborando para um tipo de progresso e desenvolvimento que já não pode mais se sustentar em função dos limites naturais do planeta. Desde a década de 1970 o mundo vem percebendo que a atividade humana de natureza totalmente liberal-capitalista vem colocando uma sobrecarga sobre o planeta e que isto deve mudar se quisermos continuar a viver neste planeta. Esta percepção se deu como resultado da acelerada taxa de degradação ambiental e dos desafios que enfrentamos para reverter este quadro. É neste ponto que a teoria política internacional adentra a ecologia, pois para reverter este quadro é necessário que haja uma colaboração de nível global. Em seu texto “*International Political Theory and the Global Environment*”, Andrew Hurrell sugere que é chegada a hora de se reformular a agenda tradicional para que se possa preencher a distância que temos hoje entre as relações internacionais e as questões ambientais, especialmente no que diz respeito à tradicional forma de organização fragmentada da política internacional, com estados soberanos atuando em um sistema anárquico aonde a guerra planta suas raízes. Primeiramente, Hurrell mostra em quais sentidos o meio ambiente se torna um assunto inerentemente global. Estes são:

- 1) [...] *humanity is now faced by a range of environment problems that are global in the strong sense that they affect everyone and can be effectively managed only on the basis of cooperation between all, or at least a very high percentage, of the states of the world: controlling climate change and the emission of greenhouse gases, the protection of the ozone layer, safeguarding biodiversity, protecting special regions such as Antarctica or the Amazon, the management of the sea-bed and the protection of the high seas are among the principal examples.*
- 2) [...] *the scale of many originally regional or local environmental problems, such as extensive urban degradation, deforestation, desertification, salination, denudation, or water or fuel-wood*

*sacarcity, now threatens broader international repercussions: by undermining the economic base and social fabric of weak and poor states, by generation or exacerbating intra or inter-state tensions and conflicts, and by stimulating increased flows of refugess.[...]*

- 3) *[...] on the one hand, there is the range of environmental problems caused by the affluence of the industrialized countries; by the extent to which this affluence has been built upon high and unsustainable levels of energy consumption and natural resource depletion; and by the ecological shadow cast by these economies across the economic system. On the other, there is the widely recognizes linkage between poverty, population pressure and environmental degradation [...] Sustainable development is an inherently global issue both because of the high levels of economic interdependence that exist within many parts of the world economy and because it raises fundamental questions concerning the distribution of wealth, power and resources between North and South.*<sup>16</sup>

Como podemos perceber nas palavras de Hurrel, a humanidade deve encarar os problemas de ordem ambiental sob o prisma da interdependência e da cooperação, reconhecendo os impactos que a pobreza e a desigual distribuição de riqueza e poder causam no meio ambiente. Fazendo uma leitura crítica acerca desta globalização do meio ambiente, Hurrel divide a teoria política internacional em dois grupos. O primeiro grupo trilha as crenças de que o Estado continua sendo o principal ator na política internacional; que as relações internacionais constituem uma esfera autônoma da ação política; e de que o foco central da teoria política repousa nos interesses que cada Estado soberano defende dentro de uma sistema internacional anárquico e na explanação dos tipos de conflito e cooperação que existem entre os estados. Talvez a maior preocupação da teoria das relações internacionais seja descobrir como as instituições internacionais e os mecanismos existentes para a cooperação entre os estados facilitam, ou dificultam, a identificação e o manejo dos problemas ambientais.

De um lado temos a visão um tanto mais otimista dos liberais, que crêem que já que a interdependência ecológica é um fato em si, o Estado não tem outra alternativa senão a cooperação em níveis globais. Além disso, a ciência moderna nos oferece uma maior compreensão dos problemas ambientais, o que tende a redirecionar os interesses do Estado, facilitando a cooperação internacional. Dentro desta visão, nos já estaríamos testemunhando a emergência de uma complexa estrutura de governança global. De outro lado temos a visão dos realistas, uma visão bem mais cética e nada otimista. Estes se atêm aos obstáculos que a cooperação internacional pode enfrentar. Dentre estes, podemos citar a fragilidade da maior parte das instituições e a ausência de poder de sanção; o alto nível de cooperação e coordenação sem precedentes que a maioria das questões ambientais requerem; a falta de combinação entre o período de mandato dos políticos e o tempo que as ações políticas necessitam para serem implementadas e darem resultados; e o fato de não haver uma ligação clara entre o aumento do conhecimento tecnológico e o crescimento na cooperação internacional. Como se já não bastassem tantos obstáculos, a cooperação internacional ainda teria que encarar os conflitos históricos entre os estados e a heterogeneidade cultural, política e econômica do sistema internacional.

O segundo grupo tende a perceber os problemas ligados a questões ambientais a partir de uma perspectiva mais abrangente e até mais radical, sugerindo um reordenamento das relações internacionais como disciplina a partir da revolução ambiental que temos presenciado nas últimas décadas. Segundo esta perspectiva, aquela tradicional soberania dos Estados que conhecemos é questionada quando: o Estado se mostra incapaz de lidar apropriadamente com as questões ambientais nos âmbitos local e global; quando presenciamos a mobilização de novos atores em torno da ecologia; quando constatamos que o Estado vem perdendo sua autoridade na gestão da economia mundial; e quando presenciamos a criação de acordos internacionais que visam administrar e normatizar as relações do homem com o meio ambiente. De fato, dentre todas as abordagens que a teoria política internacional

---

<sup>16</sup> HURRELL, A. "International Political Theory and the Global Environment", pg. 130,131. International Relations Theory Today. USA, The Pennsylvania State University Press, 1995.

precisa reavaliar, as que dizem respeito aos desafios das políticas ambientais são as mais ressonantes.



### 3.3. Países Desenvolvidos e o Sistema Internacional

Com o fim da Guerra Fria, a polarização leste-oeste deu lugar a uma nova forma de separação entre os países. Às disputas políticas pela hegemonia mundial, acrescentamos as disputas econômicas. De um lado temos os países desenvolvidos, em especial as 31 nações que ocupam assentos permanentes da OCDE<sup>17</sup>, do outro temos os países em desenvolvimento, que por sua vez se reúnem no Grupo dos 77 mais a China<sup>18</sup>. O modelo capitalista que predominou após a Guerra Fria toma forma na crescente desigualdade econômica, colocando os países desenvolvidos e suas corporações financeiras numa posição de superioridade, ditando as regras e coordenando o sistema internacional de acordo com os seus interesses, restando aos países em desenvolvimento o papel de meros coadjuvantes.

Este processo liberal-capitalista de globalização que, como já foi dito antes, toma forma na desigualdade vem sendo dinamicamente construído a partir de acordos tácitos e de rodadas de negociação entre as organizações industriais mais poderosas, os grandes bancos privados, as organizações internacionais que regulam as transações comerciais entre os países e aquelas que defendem a liberalização e desregulação do comércio, a privatização das estatais e a flexibilização das relações de trabalho. Mediante processos consensuais e negociações a portas fechadas, estes atores vêm logrando abordagens comuns relativas a políticas e diretrizes de natureza regulatória econômica e fiscal, transformando essa elite não eleita e, portanto, não “responsabilizável”, em um restrito grupo que controla efetivamente os instrumentos de governabilidade nas regiões mais dinâmicas do mundo. Assim, as corporações transnacionais, baseadas no princípio da expansão global, possuem não só a identidade de iniciativa privada, mas também de instrumento de persuasão nas políticas

---

<sup>17</sup> OCDE: Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento. Além dos 3 países permanentes, incluído o México, a OCDE mantém contato com mais 70 outros países, ONGs e sociedade civil. Funciona como uma agência internacional de monitoramento e aconselhamento. Promove instrumentos de cooperação que incentivam o desenvolvimento econômico ([www.oecd.org](http://www.oecd.org)).

<sup>18</sup> O grupo dos 77 reúne, na verdade, 133 países. Quando ele foi criado, em 1964, antes da primeira conferência das Nações Unidas sobre comércio e desenvolvimento, reunia 77 países em desenvolvimento. A República Popular da China foi admitida nas Nações Unidas apenas em 1974, ou seja, dez anos depois da existência do grupo. Promove declarações e programas de ação para o desenvolvimento econômico de seus membros.

nacionais, ao mesmo tempo em que não carregam a obrigação de serem leais à este ou àquele Estado. Ou seja, o outrora poderoso Estado-nação se transforma em instituição auxiliar para apoiar os investimentos e a competitividade das corporações transnacionais.<sup>19</sup>

Mesmo em face de todo o poder de manipulação que os mercados têm sobre as políticas domésticas, não podemos negar que ainda há dimensões em que o Estado-nação, ao menos em termos éticos, normativos e teóricos, dispõe de relativa autonomia. Giddens lembra que mesmo que algumas das maiores empresas do mundo tenham orçamentos superiores aos de grandes nações, há aspectos políticos e administrativos que estas corporações não controlam: a territorialidade e o controle dos meios de violência. Com exceção de parte das regiões polares, não há um metro quadrado na superfície terrestre que já não tenha sido reclamada, de maneira legítima ou não, por algum governo nacional. Quanto à questão do monopólio da violência, mesmo em países como a Colômbia e o Brasil, onde o crime organizado tem presença forte, chegando quase a exercer um papel político e militar em determinados espaços rurais e/ou urbanos, o Estado é o único com um real e legítimo poder soberano para determinar como, quando e onde o uso da força é autorizado. Em resumo, mesmo com todo seu poder de controlar economias e influenciar decisões políticas, *“as corporações industriais não são organizações militares (como algumas delas eram durante o período colonial), e não podem se estabelecer como entidades político/legais que governam uma determinada área territorial.”*<sup>20</sup>

Mesmo que ainda haja aspectos onde o Estado não enfrenta uma concorrência quanto à autoridade política, estes aspectos não são suficientes para garantir independência e autonomia em relação à outras esferas. Exatamente por termos adotado uma lógica de livre-mercado na condução dos processos de desenvolvimento e de globalização, a esfera que vem ditando as relações do homem com seu meio é a econômica. Este processo de globalização das economias, regido pela batuta das corporações de mercado, vem vitimando os países de maneira sem precedentes. O

---

<sup>19</sup> RATTNER, H. Liderança para uma Sociedade Sustentável. São Paulo, Nobel, 1999.

marco de referência são os mercados financeiros globais, que movimentam trilhões de dólares diariamente, e que fazem uso da especulação sem proporcionar um intercâmbio real de bens e serviços. Crises, flutuações, investimentos em ações e a súbita corrida do capital para dentro e para fora dos países e regiões é uma das características da globalização e de seu efeito sobre os mercados internacionais (Giddens, 1999:23). O capital de carteira tem uma mobilidade espetacular e cifras gigantescas podem deserdar um mercado ou um país em questões de horas, através de simples operações bancárias ou de compra e venda de ações<sup>21</sup>. Estes ataques especulativos desvalorizam as moedas nacionais, empobrecem a nação atingida e diminuem o poder de aquisição da população. Além disso, estas empresas dividem seus custos com o Estado pois, através de um forte *lobby* junto aos poderes nacionais (legislativo e executivo), pressionam os governos a promoverem incentivos, isenções tributárias e subsídios de centenas de milhões de dólares, diminuindo a arrecadação de impostos e tributos governamentais.

Conforme Liszt Vieira afirmou em seu livro *Cidadania e Globalização* (1997:80), “os agentes mais dinâmicos da globalização não são os governos que formaram mercados comuns em busca da integração econômica, mas os conglomerados e empresas transnacionais que dominam a maior parte da produção, do comércio, da tecnologia e das finanças internacionais”. Estes conglomerados assumiram o controle sobre a maior parcela da produção, do comércio e do fluxo de investimentos internacionais, impondo, mediante sua total liberdade de movimento, novos e rigorosos sacrifícios à classe trabalhadora (desemprego, terceirização do trabalho com redução salarial, perda de seguridade social e de outras conquistas anteriores). Passaram, também, a controlar ou a exercer as principais tarefas e o poder de decisão do Estado. A abertura dos mercados, a desregulação e as privatizações de inúmeras empresas estatais têm transferido para o setor privado ativos e funções historicamente da alçada do poder público. Além disso, enquanto estas corporações transnacionais se impõem de maneira voraz, sem prestar contas aos governantes dos Estados por onde passam,

---

<sup>20</sup> GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Editora UNESP, 1991, pg. 75.

<sup>21</sup> A exemplo do que aconteceu no sudeste asiático em 1997, quando bilhões de dólares se evadiram da região do dia para noite e deixaram países de grande sucesso industrial, como é o caso dos Tigres Asiáticos, em dificuldades.

os governos presenciam impotentes e até coniventes à depredação ambiental de seu ar, água e solo.

### **3.4. Países em Desenvolvimento e a Globalização das Economias**

O processo de globalização das economias parece ser irreversível e a sua relação com os problemas ambientais é bastante complexa. Temos de um lado os países industrializados que se desenvolveram sobre um alto e insustentável consumo de energia e recursos naturais. No outro extremo, temos os países em desenvolvimento, que buscam dinamizar suas economias, mas que esbarram nas limitações naturais do planeta e nas restrições comerciais e financeiras do sistema internacional. O problema aqui é claro: a má distribuição de riquezas e todas as suas conseqüências geradas por um modelo de capitalismo desumano (crescimento populacional, saneamento básico precário, baixa escolaridade, problemas de saúde e nutrição, altas taxas de mortalidade, etc) estão intrinsecamente ligados, de uma maneira ou de outra, à degradação ambiental.

Este debate acerca das conseqüências da globalização nos países em desenvolvimento é de suma importância. O paradigma do desenvolvimento sustentável, assim como acontece com os direitos humanos, coloca em cheque o papel de instituições como o FMI e o Banco Mundial na condução do processo de globalização. Estas instituições, comprometidas com políticas econômicas neo-liberais, alegam que o desenvolvimento sustentável só é possível se houver respeito aos direitos humanos e que ambos só ocorrem se houver, também, o crescimento econômico viabilizado pela liberalização do comércio. Ou seja, os princípios do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos devem ser assimilados pela lógica do livre mercado, não o contrário.

Na leitura destas instituições, a construção da democracia não se refere apenas ao reconhecimento e garantias dos direitos fundamentais, como são os direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião e etc; não se restringe também à plena representatividade popular através do voto. Antes de tudo, a construção da democracia e da “boa governança” se dá através da ampla aceitação e implementação do neoliberalismo, com suas práticas descentralizadoras de liberalização das economias e privatização das empresas pertencentes ao Estado. Tais

práticas vêm sendo implementadas pelo Banco Mundial nos moldes dos programas de ajustamento estrutural, também conhecidos como SAPs (Structural Adjustment Programs)<sup>22</sup>, que enfatizam as políticas macro-econômicas desenvolvidas pelas instituições de Bretton Woods e pelos países desenvolvidos, especialmente os EUA. Estas políticas são impostas aos países em desenvolvimento como condição para a liberação de empréstimos e de financiamentos de projetos nas áreas social e ambiental<sup>23</sup>.

É claro que não se pode negar os resultados imediatos que estes financiamentos trazem para a área social, pois os projetos que daí resultam são, geralmente, bem planejados e supervisionados. No entanto, os alvos das críticas não são os projetos especificamente, mas sim as condicionalidades que acompanham estes financiamentos. Mesmo que estas instituições aleguem que seus financiamentos para áreas sociais reforcem os princípios dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, a realidade que os países em desenvolvimento presenciam é a de um vasto aumento da desigualdade e do empobrecimento de seus povos. É neste ponto que nos deparamos com uma grande contradição entre a teoria e a prática, já que o discurso do Banco Mundial enfatiza que sua forma de promover o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos são absolutamente compatíveis e que resolvem, definitivamente, as tensões existentes entre os direitos civis e sociais de um lado, e o direito ao desenvolvimento e ao social de outro. Como resposta a alegações como esta, críticos contrários às políticas destas instituições argumentam que os SAPs impostos pelos programas do Banco Mundial e do FMI deterioram o padrão de vida das populações dos países em desenvolvimento. Seguindo esta mesma linha crítica, os países do sul acusam o Banco Mundial de usar sua política de desenvolvimento como elemento de uma campanha para o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, recobrando o meio ambiente e os direitos

---

<sup>22</sup> As condicionalidades dos empréstimos e financiamentos, ou SAPs, incluem medidas radicais como a desvalorização da moeda nacional, reavaliação das políticas trabalhistas, redução de barreiras comerciais, cortes nos gastos dos governos – o que reflete enormemente nas áreas de educação, saúde e previdência social, ajustes fiscais e tributários, além, é claro, do cumprimento da agenda de pagamentos das dívidas ou no mínimo dos juros de rolagem das dívidas.

<sup>23</sup> ANGHIE, A. Globalization, International Financial Institutions and the Third World. 32 (2) NYU Journal.

humanos com uma capa mercantilizada, ao invés de promover a soberania econômica destes países.

Este processo de globalização das economias regido pelas instituições internacionais vem apresentando, especialmente nos países em desenvolvimento, uma série de contradições no que tange crescimento econômico, meio ambiente e políticas sociais. Estas instituições influenciam demasiadamente as políticas econômicas e sociais dos países, impedindo que o Estado tome para si o papel de proponente e provedor de programas destinados ao bem-estar social e ao desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, a competitividade dos países em desenvolvimento vem sendo comprometida, pois, na sua urgência em atrair o capital estrangeiro, estes são obrigados a concordar com enormes concessões financeiras. Outro resultado aparentemente negativo, é que ao serem obrigados a adotar políticas de privatização e liberalização, os países em desenvolvimento reforçam o poder do capital, o que pode resultar na redução da importância do social. Estas instituições, como se pode perceber, vêm forçando estes países mais pobres a criarem condições para viabilizar a globalização de várias maneiras, como transferindo seu poder para o sistema financeiro internacional através de reformas das suas leis comerciais que favoreçam o investimento estrangeiro e através de menores restrições para a mobilidade de capitais. Neste ínterim, vale lembrar, inclusive, que os fluxos de capital especulativo e volátil podem ser uma fonte importante da instabilidade econômica global. Outra ironia que se pode enxergar, diz respeito às sucessivas crises da dívida que estes países vem enfrentando desde a década de 1970. Estas crises fragilizam a economia e comprometem a credibilidade, mas o FMI exige, simultaneamente, que os países devedores honrem suas dívidas enquanto remédiam seus problemas sociais e ambientais. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a globalização debilita os países em desenvolvimento, as instituições financeiras internacionais exigem que estes países supram as necessidades sociais de suas populações, enquanto promovem o desenvolvimento sustentável.

O processo de inserção política e econômica dos países menos desenvolvidos no sistema internacional encontra grande resistência por parte daqueles países que conduzem as tomadas de decisões dentro de órgãos como a OMC e o FMI. Um exemplo disso é o documento que resultou do encontro dos países mais ricos do mundo (G7), em Lyon, na França, em junho de 1996. Este documento solicitava à OMC que vinculasse acordos comerciais à obrigatoriedade de os países membros respeitarem normas fundamentais de trabalho e de preservação ambiental internacionalmente reconhecidas. Em contrapartida, os Países em desenvolvimento se articularam para que não fossem obrigados a inserir cláusulas sociais e ambientais em seus acordos comerciais, alegando que tais cláusulas visavam atacar suas exportações. A articulação dos países em desenvolvimento veio em forma de um documento preparado em Cingapura por 33 ONGs. Neste texto, as ONGs procuravam mostrar que a liberalização comercial e os acordos da Rodada do Uruguai (1986/1994) não traziam prosperidade para todos, já que entre os países mais pobres, setenta deles apresentavam uma renda per capita menor do que nos anos de 1970 e 1980.<sup>24</sup>

Uma leitura mais simplificada do que estas ONGs pretendiam mostrar, era a de que a retomada do crescimento e do desenvolvimento mundial, tão alardeada na década de 90, não passava de uma retórica. A realidade e seus dados estatísticos era bastante simples, mas preocupante: enquanto os mais ricos concentravam cada vez mais a produção e os recursos mundiais, os mais pobres se enfraqueciam política e economicamente, o que eliminava suas chances de se inserirem no sistema internacional de maneira competitiva e de arcarem com os custos de políticas nacionais de cunho social e ambiental. Não se pode negar que grande parte dos países em desenvolvimento ainda faz uso de mão-de-obra barata, baseada em trabalho semi-escravo e infantil, além de não exercerem um efetivo controle de suas reservas ambientais e de seus modos de produção, o que podem afetar negativamente o meio ambiente. Todavia, seria insensato e injusto responsabilizar os países em desenvolvimento pela atual situação do planeta Terra. Como já foi dito antes, os países ricos se desenvolveram dentro de modelos ambientalmente insustentáveis. Eles foram

---

<sup>24</sup> LEIS, H. Globalização e Democracia após a Rio 92: a necessidade e oportunidade de um espaço público



e continuam sendo os principais poluidores e consumidores de recursos naturais, exatamente para manter o padrão de vida e nível de consumo que eles vêm construindo desde a Revolução Industrial.

Assim sendo, o contexto e as perspectivas ambientais dos países em desenvolvimento é comparativamente pior que nos países desenvolvidos, onde a sociedade civil é mais bem articulada e dispõe de uma variedade de instrumentos legais e mecanismos para se defender contra práticas danosas ao meio ambiente. Assim como já foi citado na primeira parte deste trabalho, a solução deste problema está, possivelmente, na adesão do desenvolvimento sustentável como princípio norteador de crescimento econômico, que é um assunto inerentemente global em função do alto nível de interdependência econômica que a atualidade encara; e conseqüentemente, porque este assunto suscita questões fundamentais acerca da distribuição de riqueza, poder e recursos naturais. Todavia, para que o mundo adote um modelo de desenvolvimento humano e econômico baseado na sustentabilidade do planeta, é imprescindível que haja uma crescente conscientização das instituições nacionais e internacionais, privadas e públicas, sobre os impactos negativos e conseqüências de um processo de desenvolvimento que coloca os países pobres à margem da sociedade, da política e da economia internacional.

### **3.5. Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Estocolmo, 1972**

Com a Revolução Industrial ocorrida na Europa do século XVIII, o modelo de produção feudal foi abandonado e o processo de industrialização das grandes cidades daquele continente teve início. Grandes fábricas começaram a ser construídas as margens de cidades como Bruxelas e Londres e o fenômeno do êxodo rural direcionou para os centros urbanos um grande número de pessoas. Tantas eram as transformações econômicas, sociais e culturais daquele período, que as consequências ambientais daquele processo não eram percebidas. Somente no século XX, por volta de 1930, que a população e os cientistas começaram a perceber que o nível de poluição atmosférica tinha uma relação direta com o aumento de problemas de saúde pública, especialmente no trato das vias respiratórias. Isto ocorreu quando, em 1930, a região situada entre as cidades de Namur e Liège, às margens do Rio Meuse, Bélgica, foi tomada por uma espessa nuvem de fumaça química, resultado do alto nível de industrialização daquela região, levando grande parte dos habitantes a procurar os hospitais locais apresentando problemas respiratórios graves. Como medida, as autoridades suspenderam a produção industrial até que a nuvem poluidora se dispersasse. O resultado foi a melhoria das condições do ar e a diminuição do número de pacientes atendidos nos serviços públicos de saúde. Outro fato semelhante ocorreu em Londres no ano de 1952. O lançamento de gases industriais tornou o ar extremamente poluído e, em um prazo de onze dias, contabilizou-se a morte de quatro mil pessoas, todas vítimas de insuficiência respiratória (Ribeiro, 2001:75). O alerta estava dado: a poluição atmosférica não só prejudica o meio ambiente, mas também seres-humanos.

Além da poluição atmosférica, a chuva ácida também começava a inquietar a população dos países desenvolvidos. Com a ocorrência de tais fatos, ficava claro aos olhos do mundo que algo deveria ser feito. Assim sendo, em julho de 1968, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas solicitou à Assembléia Geral da ONU que fosse realizado um encontro de países para buscar um controle sobre a situação. O pedido foi

aceito e o ano de 1972 foi escolhido para a realização da primeira grande conferência internacional sobre o meio ambiente. Estocolmo, na Suécia, foi a cidade escolhida para sediar este encontro que ficou conhecido como Conferência sobre Meio Ambiente Humano. Para organizar a Conferência, foi constituída uma Comissão Preparatória composta de 27 países, dos quais o Brasil participou por indicação da Assembléia Geral. A decisão da ONU em realizar a Conferência de Estocolmo decorreu da necessidade de discutir temas ambientais que poderiam gerar conflitos internacionais. A Conferência conseguiu reunir 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e 400 outras organizações intragovernamentais e não-governamentais. Os números surpreenderam a Comissão Preparatória, mas apenas dois chefes de Estado compareceram à reunião: Indira Gandhi, da Índia, e Olaf Palme, da própria Suécia. Os principais documentos que resultaram da Conferência foram a Declaração de Estocolmo, o Plano de Ação e, talvez o mais importante de tudo, a indicação de criação do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Apesar destes avanços, a temática ambiental só conseguiu entrar na agenda política dos países vinte anos mais tarde, com a CNUMAD, que contou com a presença marcante de inúmeros chefes de Estado.<sup>25</sup>

Além da poluição atmosférica e chuva ácida, tratou-se da poluição da água e do solo proveniente do processo de industrialização que vinha se acelerando nos países em desenvolvimento; da pressão que o crescimento populacional exercia sobre os recursos naturais; e do uso das reservas mundiais de petróleo. Em função de tais temas, discutiu-se o controle populacional e o crescimento econômico de países em desenvolvimento, resultando em um intenso debate entre os adeptos do “crescimento zero”, proposto pelo Clube de Roma<sup>26</sup>, e os “desenvolvimentistas”, que defendiam o crescimento dos países pobres através da industrialização. Ou seja, de um lado tínhamos os que advogavam em favor de se barrar o crescimento econômico de base industrial, poluidor e consumidor de recursos não-renováveis. O que os neo-

---

<sup>25</sup> Fonte: RIBEIRO, W. C. *À Ordem Ambiental Internacional*, 2001. Ed. Contexto, São Paulo.

malthusianos não levavam em conta é que, nos países considerados periféricos, milhares de pessoas estavam vivendo em estado de absoluta miséria e que o desenvolvimento destas economias só poderia acontecer através do crescimento econômico, algo que o Estado, sem a indústria e a iniciativa privada, não consegue fazer sozinho. Do outro lado estavam aqueles que reivindicavam o desenvolvimento trazido pela indústria, afirmando que a base do problema ambiental não está na produção de bens em si, mas sim na miséria humana. Todavia, este pensamento não significava exatamente um projeto de *advocacy* em prol dos países pobres. Acima de qualquer argumento, era visível que o interesse principal deste grupo era dar continuidade ao processo capitalista de abertura das economias, haja vista o momento político (Guerra Fria) pelo qual o mundo estava passando.

O contexto da Guerra Fria imprimiu certas peculiaridades ao encontro. A ONU havia decidido que a então Alemanha Oriental poderia participar dos trabalhos, mas não teria voz nem voto durante a Conferência. Como forma de retaliação a esta decisão, os países do Leste Europeu, que naquela época eram área de influência da URSS, não participaram do encontro. O argumento político era forte, mas a verdade é que os países do Leste da Europa eram os mais industrializados do bloco socialista. Quando estes se recusaram a participar, estavam também se livrando da adesão às normas de controle de poluição do ar, o que permitia que continuassem a poluir livremente. Um dos países que protestou mais acintosa e veementemente durante a Conferência foi a China. Apoiando a posição dos países em desenvolvimento, o país manifestou-se a favor da autonomia dos países em relação à adoção de restrições ambientais. Além disso, criticou duramente os neomalthusianos e solicitou que se apontasse a política neocolonialista dos países desenvolvidos como principal responsável pela degradação ambiental. A posição desenvolvimentista prevaleceu sobre o Clube de Roma, garantindo aos países pobres o direito ao “desenvolvimento” e, conseqüentemente, o direito de receber o investimento direto estrangeiro. No entanto,

---

<sup>26</sup> O Clube de Roma foi a maior propagador do conceito do “crescimento zero”. Os seguidores desta linha se baseavam numa releitura das idéias de Malthus de que o crescimento populacional ocorre em escala maior que a produção de alimentos. O argumento deles tomava por base o nível de consumo da população dos EUA, alegando que os recursos da Terra seriam insuficientes para prover a base material necessária à produção de alimento para toda a população do planeta. Estes também ficaram conhecidos como neo-malthusianos.

esta vitória “terceiro-mundista” não se deu sem as devidas conseqüências para o meio ambiente. As subsidiárias das empresas transnacionais estavam livres para se instalar em países cuja legislação ambiental não impunham restrições.

### 3.6. Conferência das Nações Unidas em Nairobi – 1982

A cidade de Nairobi, no Quênia, sediou, em junho de 1982, uma conferência internacional para a avaliação da atuação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Na ocasião elaborou-se um novo diagnóstico da situação ambiental mundial. Desta vez, porém, tinha-se Estocolmo como referência, tendo permitido uma comparação com resultados desanimadores. Ambientalmente falando, o mundo estava pior que em 1972. Inicialmente avaliou-se o que foi implementado a partir do Plano de Ação e confirmou-se que o Plano havia se transformado em uma retórica. Além disso, a máxima de que a pobreza é a maior fonte de degradação ambiental, divulgada em Estocolmo, foi reafirmada. Quanto a isto, Nairobi, assim como Estocolmo, foi criticada por mais uma vez ter poupado de acusações o estilo de vida opulento e consumista da sociedade de ocidental, especialmente nos países desenvolvidos. Aliás, em 1982, a discussão ambiental internacional ainda estava voltada para a poluição e suas conseqüência para a saúde humana. Temas como as mudanças climáticas globais seriam introduzidos na pauta internacional mais adiante.

O principal documento que resultou desta Conferência foi a Declaração de Nairobi, que enfatiza a necessidade de destinar fundos de ajuda aos países em desenvolvimento. As críticas mais duras e diretas à falta de ação do PNUMA estão presentes na *Mensagem de Apoio à Vida*, uma declaração redigida pelas 44 ONGs reunidas em Nairobi. Os representantes destas ONGs encontraram-se em reuniões paralelas e discutiram uma pauta alternativa durante a realização da reunião oficial, que atacava, especialmente, o modelo de desenvolvimento adotado em quase todos os cantos do planeta. Além desta crítica, estes representantes assinalavam a necessidade de haver mudanças sociais e políticas no cenário internacional e acusava a ONU e o PNUMA de não promoverem a temática ambiental de maneira consistente. Como resposta, a ONU abriu espaço para as ações do PNUMA, permitindo que a agência abrangesse sua esfera de atuação. A partir de Nairobi, o PNUMA para a concentrar suas ações especialmente na capacitação de pessoal e na elaboração de políticas

nacionais voltadas para a implementação das convenções internacionais que promovidas pelo programa.

### **3.7. Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio de Janeiro, 1992**

Conforme abordado anteriormente, a terceira grande reunião das Nações Unidas, também conhecida como Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorreu entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 e teve a cidade do Rio de Janeiro como sede do encontro. Conhecida mundialmente como Rio 92, a Conferência foi a maior reunião de chefes de Estado em toda a História da humanidade, contando com a participação de 178 países, dos quais 114 eram representados por seus chefes de Estado, entre eles George Bush, François Mitterrand, Fidel Castro e John Major, na época respectivamente presidentes dos EUA, França, Cuba e primeiro-ministro da Inglaterra. Na Conferência do Rio, primeira reunião internacional de magnitude após o final da Guerra Fria, ao contrário de Estocolmo, a cooperação prevaleceu sobre o conflito e um mundo livre do antagonismo ideológico se apto a discutir as mais profundas questões relativas ao meio ambiente. Como resultado do encontro, foram elaboradas duas convenções - (sobre Biodiversidade e Mudança Climática), uma declaração (sobre Florestas) e dois documentos de natureza mais política (Declaração do Rio e Agenda 21)<sup>27</sup>. A partir da CNUMAD todos os países, em especial os mais pobres, passaram a enxergar com otimismo o combate à pobreza e à degradação ambiental.

Além da Agenda 21, a Conferência estabeleceu objetivos concretos de sustentabilidade em diversas áreas, explicitando a necessidade de se buscarem recursos financeiros novos e adicionais para a complementação em nível global do desenvolvimento sustentável. A CNUMAD foi também audaciosa ao permitir uma

---

<sup>27</sup> A Declaração do Rio é um documento contendo 27 princípios para serem seguidos, visando estabelecer um cenário político, econômico e social propício para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 pretendia ser um plano de ação com repasse de recursos para projetos ambientais e de combate à pobreza. Em função do não cumprimento dos países no repasse das verbas, boa parte do documento ficou no plano das intenções. Constam, ainda, recomendações sociais e econômicas sobre mudanças nos padrões de consumo, na busca do DS e combate à pobreza. Sugere, também, medidas para a conservação, com destaque para os desmatamentos, diversidade biológica, proteção atmosférica e dos oceanos. Propõe maior participação das mulheres, crianças e comunidades locais, assim como formas para viabilizar o DS, como a transferência de tecnologia e o alívio da dívida externa dos países em desenvolvimento.



grande participação de organizações não-governamentais, inclusive financiando a realização de um Fórum Paralelo das ONGs, que passaram a desempenhar um papel fiscalizador e a pressionar os governos para o cumprimento da Agenda. A preparação dos documentos firmados no Rio de Janeiro ocorreu em quatro reuniões preparatórias: Nairobi, em agosto de 1990; Genebra, em março/abril de 1991 e agosto/setembro do mesmo ano; e Nova Iorque, em março/abril de 1992. Além das Prepcos<sup>28</sup>, várias reuniões regionais se realizaram antes do encontro no Rio. O Brasil participou de todas as reuniões, além da reunião da América Latina no México, em março de 1991. Com a realização da Rio 92, não só lançou-se uma cartilha ambiental para um mundo unipolar, mas também se incluiu definitivamente na agenda a idéia de erradicação da pobreza. Eficiência econômica, equilíbrio ambiental e equidade social passaram a formar o tripé que forneceria as bases para uma nova abordagem, ou mesmo um novo paradigma, no estudo dos problemas econômicos-sociais-ambientais do novo século.

---

<sup>28</sup> Prepcos: encontros preparatórios que acontecem antes da realização das conferências internacionais.

### **3.8. Cúpula Mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Joanesburgo, 2002**

A terceira grande reunião das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, também conhecida como Cúpula Mundial ou Rio+10 aconteceu entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, na cidade de Joanesburgo, África do Sul. Quando a Assembleia Geral decidiu autorizar a realização do encontro, já não era segredo que a implementação do desenvolvimento sustentável em nível global vinha apresentado um quadro desanimador desde a realização da Rio 92, com quase nenhum progresso dos documentos acordados durante aquela Conferência, especialmente no que diz respeito ao combate à pobreza e à Convenção sobre Mudanças Climáticas. Estava claro que, apesar da larga presença de chefes de Estado e do otimismo gerado, muito pouco progresso havia sido alcançado. Joanesburgo tinha a pesada tarefa de devolver a euforia perdida nos últimos dez anos anteriores à sua realização. Infelizmente, a Conferência não teve condições de responder a tais expectativas, pois desde o início, ao contrário da Rio 92, nenhum grande tratado havia sido articulado durante as quatro reuniões preparatórias. Entre todos os objetivos, agendas e compromissos, nenhum representava a chave de ouro dos problemas ambientais. Durante os painéis temáticos da Conferência, os países ricos reconheceram sua culpa pela existência de pobreza no mundo. Todavia, os países não foram muito além da retórica, já que não se mostraram dispostos a pagar pelos próprios pecados, agindo daí em diante em coerência com seus desejos de potência e de divisão do mundo entre os podem e os que precisam mas não podem.

De fato, o que Joanesburgo gerou foi compromissos e isso pode ser comprovado nas palavras do Secretário Kofi Annan, proferidas no encerramento dos trabalhos: *"I think we have to be careful not to expect conferences like this to produce miracles. But we do expect conferences like this to generate political commitment, momentum and energy for the attainment of the goals"*. Entre estes compromissos, está o de reduzir a proporção de pessoas sem condições sanitárias básicas até o ano de 2015; diminuir,

até o ano de 2020, os riscos que a produção e o uso de substâncias tóxicas podem oferecer; restaurar até 2015 o estoque de peixes em níveis sustentáveis e que atendam a necessidade humana; e alcançar, até 2010, uma redução significativa da perda de biodiversidade. Dos documentos gerados durante o encontro, talvez os mais importantes sejam a Declaração Política, um documento contendo 37 princípios a serem seguidos tanto pelos países parte quanto pela própria ONU e um Plano de Ação para a implementação de políticas que tratam de assuntos como pobreza, consumo e produção, saúde, ajuda aos países insulares e versa, também, sobre o papel da ONU e das instituições internacionais na promoção do desenvolvimento sustentável.<sup>29</sup>

Após o fim da Conferência, inúmeras foram as críticas relativas aos resultados alcançados. A maioria destas críticas era no sentido de acusar a Conferência de ter se limitado a confirmar as metas da Declaração do Milênio de 92, como a erradicação da pobreza e a destinação de 0,7% do PIB dos países desenvolvidos como “Assistência Oficial ao Desenvolvimento” para os países mais pobres do planeta. Na verdade, talvez estes críticos tenham tido esperança em demasia, talvez tenham sido ingênuos demais ao esperar que Joanesburgo pudesse significar um marco do paradigma do desenvolvimento sustentável. A pergunta que estes críticos deveriam ter feito antes do encontro era: Será que Joanesburgo poderá realmente driblar a realidade de um mundo dominado pelo conservadorismo político dos EUA, ameaçado por conflitos bélicos de natureza duvidosa, onde as questões humanitárias são deixadas abaixo dos assuntos comerciais e financeiros e onde, apesar da abundância de água potável e do grande avanço tecnológico, milhares de pessoas padecem de fome e de sede, para mostrar ao mundo que este planeta não pode mais ser tratado como uma mercadoria e que cada indivíduo, pela simples condição de “Ser Humano”, merece toda dignidade e todo o respeito?

A Rio 92 já havia mostrado que assimilar e implementar os conceitos do desenvolvimento sustentável seria uma tarefa muito mais complicada do que simplesmente conseguir reunir um grande número de países em uma conferência. As

---

<sup>29</sup> Fonte: Site oficial da ONU: [www.un.org](http://www.un.org)

conferências são de extrema importância, mas são somente o ponto de partida. Levar a cabo as políticas e os regimes internacionais de meio ambiente requer uma ação conjunta entre sociedade, governos, instituições financeiras, organizações internacionais e iniciativa privada, conciliando os interesses, as necessidades e as capacidades de cada ator do sistema internacional.

### **3.9. As Convenções e Protocolos Internacionais**

Após a realização da Conferência de Estocolmo e a criação do PNUMA, a sociedade internacional presenciou um positivo incremento na ordem ambiental internacional, com o desenvolvimento e abordagem de uma série de temas ligados ao meio ambiente. Além disso, o aumento do conhecimento científico e tecnológico e a proliferação de inúmeras ONGs também contribuíram para que os temas ambientais saíssem da restrita esfera governamental para tomar parte nas discussões cotidianas da sociedade. É importante salientar que no período de intervalo entre a Conferência de Estocolmo e a Cúpula Mundial de Joanesburgo, várias reuniões aconteceram e razoáveis progressos ocorreram em áreas temáticas especiais. Várias convenções e protocolos adicionais foram criados para tratar de áreas específicas e problemáticas. Esta parte é dedicada a tratar apenas de alguns destes documentos, já que o grande número acordos assinados faria necessária a extensão do presente trabalho para muito além do desejado. A intenção ao se apresentar tais documentos é mostrar como se dá a discussão ambiental dentro dessas convenções e como as organizações internacionais vêm tentando disseminar o desenvolvimento sustentável através de políticas e normas internacionais. Além disso, será visto, de maneira breve, como os países articulam seus interesses nas conferências e convenções como a implementação destes documentos enfrenta dificuldades quando algum artigo interno diverge de tais interesses.

Estes são:

#### **3.9.1. Convenção sobre Poluição Transfronteiriça de Longo Alcance – CPT e Protocolo de Helsinque para a Redução das Emissões de Enxofre.**

Após uma reivindicação da Noruega e da Suécia, a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) formou um grupo de estudos referente à poluição transfronteiriça. Com a divulgação dos relatórios de grupo, foi convocada em 1979, a CPT. Esta Convenção ocorreu em Genebra e passou a vigorar a

partir de 1983. Ao final de 1999, 44 países integravam o acordo. Seis anos mais tarde, em 1985, reunidos em Helsinque, Finlândia, os participantes da CPT decidiram diminuir em 30% a emissão de óxidos sulfúricos (SO<sub>2</sub>). Este documento ficou conhecido como Protocolo de Helsinque e entrou em vigor em setembro de 1987. No entanto, os EUA, o Reino Unido e a Polônia recusaram-se a seguir a determinação do Protocolo. Esta atitude norte-americana tornar-se-ia recorrente nos tratados internacionais posteriores de proteção ao meio ambiente.

### **3.9.2 A Convenção de Viena – CV e Protocolo de Montreal – PM.**

A CV foi realizada em Viena, Áustria, em março de 1985. Após evidências científicas sobre a destruição da camada de ozônio<sup>30</sup>, e suas conseqüências pra a saúde humana, bem como do fenômeno natural conhecido como “efeito estufa”, os países do mundo decidiram que o tema deveria ser alvo de cuidadosas pesquisas. Os países insulares, em especial, demonstraram grande preocupação com o assunto, já que as mudanças climáticas causam a elevação nos níveis oceânicos, podendo, com isso, submergir pequenas ilhas. A possibilidade de estabelecer um código de conduta que regulasse a ação das partes integrantes da CV gerou uma grande controvérsia e as decisões tomaram um aspecto brando, optando-se pela cooperação e pelo intercâmbio científico e tecnológico. Até o final de 1999, a CV contava com 171 países, sendo 28 signatários. Após a divulgação de uma pesquisa que acusava um furo na camada de ozônio sobre a região da Antártida do tamanho dos EUA, os membros da CV foram convocados, em setembro de 1987, a participar de um novo encontro, que ficou conhecido como Protocolo de Montreal.

O PM tratou de propor metas quantitativas e prazos para a eliminação de determinadas substâncias danosas à camada de ozônio. Além disso, foi feita uma distinção entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, fixando metas distintas para cada grupo. Outra novidade foi a possibilidade de se negociar cotas entre os países, desde que o total conjunto dos níveis calculados de produção

das partes não fosse excedido e que o trato fosse protocolado na secretaria da CV. Neste ponto, eles não consideravam os territórios nacionais, tratando o problema da camada de ozônio a partir da perspectiva “Gaia”, segundo a qual a Terra é um organismo único sem fronteiras, sendo afetado por todas as ações desenvolvidas na superfície ou na atmosfera. A natureza das medidas do PM foi bem mais radical que as medidas da própria CV, chegando mesmo a proibir seus membros de comercializar com estados não-participantes. Ao final de 1999, o PM contava com 171 países, sendo 46 signatários.

### **3.9.3. Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB.**

Durante a realização da Rio 92, as discussões que cercaram o tema de diversidade biológica formaram um foco de desentendimento entre os EUA e seus tradicionais aliados do G7 e da União Européia. Os norte-americanos apresentaram projetos e resultados de pesquisa em biotecnologia que, em princípio, representavam apenas ganhos seguros à humanidade. Esta demonstração de superioridade tecnológica, que visava convencer os demais países a não aderirem à Convenção, não impressionou os demais membros que, na grande maioria, optaram por assinar a CDB durante a própria Conferência. Os EUA alegaram, mais uma vez, que o desenvolvimento das pesquisas era de interesse nacional e que, assim sendo, não estavam dispostos a firmar tal compromisso.

Colocando em forma de exemplo a política dos EUA, caso uma empresa norte-americana desenvolva um produto ou uma nova tecnologia a partir de um organismo vivo que só existe no Brasil, automaticamente tomam para si a propriedade intelectual daquele recurso, não efetuando nenhum pagamento, mesmo quando o país preserva tal recurso em seu habitat natural. Ou seja, neste caso, a biotecnologia muda substancialmente o conceito de recurso natural e propriedade. Daí a reivindicação dos países em desenvolvimento detentores de grande diversidade para que seja estruturada alguma forma de remuneração que viabilize a conservação das matrizes

---

<sup>30</sup> A camada de ozônio encontra-se localizada à 50 km da superfície terrestre, região atmosférica também conhecida

genéticas<sup>31</sup>. Estes países, inclusive, detentores de um passado de exploração colonialista, estão acostumados a ver seu patrimônio natural ser dilapidado pelas metrópoles. O Brasil por séculos tem sido vítima da chamada biopirataria, que leva para fora do país grande número de recursos genéticos. De acordo com a CDB, cada parte contratante deve adotar medidas institucionais que garantam que o país de origem da matriz genética seja beneficiado com a tecnologia desenvolvida a partir daquele material. Quanto à soberania nacional, a disposição da CDB declara que somente o governo nacional tem autoridade de permitir a exploração e o transporte de organismos vivos para fora de suas fronteiras. Ademais, desde que seja garantida a responsabilidade no manuseio e na preservação das espécies, cada Estado tem o direito soberano de explorar seus próprios recursos de acordo com os interesses nacionais. A CDB conta com 42 artigos e 3 anexos que tratam, consecutivamente, da identificação e monitoramento das espécies, da disputa pelas espécies e da conciliação das partes da disputa.

#### **3.9.4. Convenção sobre Mudanças Climáticas – CMC**

No início da década de 1990, a Assembléia Geral da ONU encomendou ao IPCC<sup>32</sup> um estudo sobre as mudanças climáticas. A primeira conclusão dos estudos mostrava que a cada década, a temperatura do planeta aumentava entre 0,3°C e 0,6°C. A segunda conclusão mostrava que o efeito deste fenômeno era a elevação do nível do mar. Apesar de tais estudos serem tidos como inconclusivos, a Assembléia Geral iniciou uma série de debates sobre o tema que culminaram na elaboração da Convenção sobre Mudanças Climáticas.

A CMC foi adotada em 9 de maio de 1992, em Nova Iorque, e suas assinaturas foram iniciadas durante a realização da Rio 92, entrando em vigor em 21 de março de

---

como estratosfera.

<sup>31</sup> RIBEIRO, W.C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo, Editora Contexto, 2001.

<sup>32</sup> A IPCC, ou Intergovernmental Panel on Climate Change, foi estabelecida no âmbito da ONU em 1988 e tem a missão de elaborar documentos com informações técnicas, científicas e sócio-econômicas sobre o riscos das mudanças climáticas.



1994. Esta Convenção visa a estabilização na emissão, a um nível seguro, de gases que causam o “efeito estufa”. Uma das mais graves conseqüências deste fenômeno causado pela atividade humana está na elevação do nível dos oceanos a partir do derretimento das calotas polares, pondo em risco os interesses dos países insulares, como o Japão, e das cidades litorâneas, além de interferir no ciclo das chuvas. Há duas correntes que buscam explicar este fenômeno: uma delas destaca a ação antrópica, acusando a sociedade industrial de ser o elemento desencadeador do aquecimento global; a outra corrente argumenta que não há conhecimento científico acerca do assunto capaz de sustentar a afirmação da corrente anterior. Assim sendo, no decorrer das reuniões preparatórias, as discussões se dividiram entre aqueles que desejavam estabelecer em índice *per capita* de emissão de gases, taxando os países que ultrapassassem estes limites e revertendo estes fundos para pesquisas ambientais, e aqueles que, apesar de reconhecer a necessidade de manutenção dos níveis de emissão de gases, sustentavam que os dados científicos não eram absolutos para justificar tamanha política internacional.

### **3.9.5. Protocolo de Kyoto – PK**

Após a Conferência do Rio, uma série de reuniões alteraram as negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Conhecidas como Conferência das Partes, a primeira ocorreu em Berlim, em 1994; a segunda ocorreu em Genebra, em 1996; e a terceira em Kyoto, em 1997, quando se estabeleceu o Protocolo de Kyoto. Ao contrário das reuniões anteriores, Kyoto representou uma das mais importantes rodadas de ordem ambiental internacional, onde duas idéias ganhavam destaque. Uma delas, proposta pelos Estados Unidos, visava transformar a emissão de gases causadores do “efeito estufa” em uma espécie de negócio. A outra, proposta pelo Brasil, visava a criação de um fundo para pesquisas ambientais, tendo como parâmetro os índices de poluição dos países desenvolvidos.

Segundo a proposta norte-americana, se um país desenvolvido não atingisse o que foi estabelecido como meta de redução de gases, ele poderia comprar de outro país a diferença entre o limite estabelecido e a efetiva redução. Assim como havia sido acertado no Protocolo de Montreal, não importa de onde saem os gases, mas sim a quantidade que chega à atmosfera. Esta proposta resultaria na compra do direito de poluir e não influenciaria no modo de vida adotado pelos países desenvolvidos. A proposta dos EUA foi derrotada, mas não descartada, já que foi admitida a possibilidade de se implementar a decisão em futuras rodadas da CMC. Já a proposta do Brasil tinha como base evidências científicas: os gases permanecem na atmosfera por cerca de 140 a 150 anos, segundo indicavam as pesquisas mais recentes. Desta maneira, as conseqüências atuais são resultado de emissões passadas. Assim sendo, os países responsáveis pelas mudanças climáticas seriam aqueles que iniciaram sua industrialização durante a primeira Revolução Industrial. A sugestão visava deixar para estes países a responsabilidade de poluidor pagador e eles deveriam pagar taxas que serviriam para a criação de um Fundo para o Desenvolvimento Limpo, que teria o objetivo de financiar o desenvolvimento de técnicas capazes de reduzir a emissão de gases estufa e de criar maneiras de absorver aqueles que estão na atmosfera.

Uma das decisões finais de Kyoto é que o tratamento entre as partes deve ser diferenciado de acordo com o nível de emissão de cada país e de redução que estes deveriam alcançar. No final de 1999, 84 países faziam parte do PK, dos quais apenas treze haviam ratificado. A maior dificuldade na implementação do PK é de ordem econômica, já que os EUA, principal poluidor do planeta, teria que alterar seu ritmo de desenvolvimento, bem como as bases de sua economia industrializada. Os EUA permanecem decididos a não ratificar o Protocolo enquanto os países em desenvolvimento não forem obrigados a reduzir mais as suas metas, além de insistirem na proposta de transferir cotas de poluição entre as partes.

#### **4. A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DOMÉSTICA DE MEIO AMBIENTE**

Se parece haver um consenso de que é preciso adotar um processo de desenvolvimento mais “limpo”, resta saber como este processo deve ocorrer. Temos presenciado, nas últimas décadas, uma crescente conscientização acerca dos riscos ambientais que o planeta enfrenta. O reflexo desta conscientização aparece no grande número de propostas e acordos internacionais que surgiram após a década de 1970. Além disso, vários países, especialmente os desenvolvidos, têm se esforçado para introduzir em suas políticas domésticas o princípio do desenvolvimento sustentável. A Holanda, por exemplo, formulou, em 1989, um plano nacional para integrar critérios ecológicos nas operações de rotina de todos os departamentos do governo. Cada departamento governamental teria metas de qualidade ambiental e um cronograma estabelecido com as datas em que elas deveriam ser alcançadas. Mesmo com todas as dificuldades, a Holanda é hoje um dos países com os melhores indicadores ambientais do mundo. Para melhor ilustrar, podemos comparar a Holanda com a Austrália, ambos países desenvolvidos. Enquanto o primeiro possui uma população de apenas 16.067,754 de habitantes e uma emissão de 44.713 toneladas de CO<sub>2</sub> ao ano, o segundo conta com uma população 18% maior (19.546,792 de hab.), mas polui, aproximadamente, 50% mais (90.470 ton. de CO<sub>2</sub> a/a). No caso da Holanda, não só o Estado se mostrou presente e eficiente, mas também representantes da comunidade e da indústria local compareciam a encontros regulares, onde participavam da elaboração das metas ambientais<sup>33</sup>.

As décadas de 1970 e 1980 representaram uma mudança profunda na abordagem doméstica que os países davam às questões ambientais. O movimento de conscientização global iniciado nessas décadas imprimiu um novo caráter às políticas de desenvolvimento, especialmente nos países desenvolvidos. Esses países, como é o caso da Holanda, já haviam alcançado um patamar de desenvolvimento suficientemente elevado para se dedicarem a políticas ambientais baseadas no novo

paradigma de desenvolvimento sustentável. Não que estes países não estivessem preocupados com as iniciativas internacionais para o meio ambiente, mas o exemplo aqui é que uma idéia aparentemente simples, combinada com os esforços e a participação da iniciativa privada e da sociedade, podem oferecer resultados internos satisfatórios e de acordo com o desenvolvimento sustentável. Infelizmente, a situação não era a mesma para todas as nações. Países como o Brasil, o México e a China, que buscavam se inserir no sistema internacional através do modelo liberal-capitalista de desenvolvimento econômico, ainda adotavam o único modelo de desenvolvimento que lhes era possível seguir: o uso extensivo e predatório de recursos naturais, indústrias poluentes e grande concentração de pessoas em áreas urbanas. O Brasil, por exemplo, foi uma das economias em desenvolvimento mais dinâmicas do mundo entre 1950 e 1979. Durante seu processo de industrialização, o país permitiu que várias indústrias poluentes se fixassem em seu território. Estas indústrias eram provenientes dos países do Norte, onde a crescente consciência ambiental do governo e da população não mais permitia que elas trabalhassem de forma a maximizar seus lucros fazendo uso e poluindo o solo, a água e o ar <sup>34</sup>.

Apesar das transformações que o cenário internacional apresentava em relação ao meio ambiente, entre as décadas de 1970 e 1980 o Governo do Brasil adotou uma postura bastante defensiva para com o seu desenvolvimento. Durante a Conferência de Estocolmo em 1972, o Brasil, juntamente com a China, liderou uma aliança de países em desenvolvimento que negava reconhecer a importância dos problemas ambientais. A diplomacia brasileira considerava o argumento ambientalista uma estratégia dos países do Norte para perpetuar o subdesenvolvimento do Sul e justificar ingerência internacional nos assuntos internos destes países. Adepto de práticas danosas ao meio ambiente, a exemplo das extensivas queimadas no território amazônico, o Brasil tornou-se o grande vilão dos fenômenos de mudanças climáticas. A postura do governo brasileiro só começou a mudar em 1987, quando foi comprovado o desmatamento de

---

<sup>33</sup> Fontes: World Resource Institute, Relatório Bienal "Rethinking the Link", 2000-2001; UNCTAD Handbook of Statistics, (manual de estatísticas da UNCTAD), 2002; e "The World Factbook of CIA", 2002.

<sup>34</sup> VIEIRA, L. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro, Editora Record, 6ª ed., 2002.

20 mil quilômetros quadrados nas regiões da Amazônia e do Cerrado para a implementação do Projeto Polonoroeste<sup>35</sup> e pavimentação da BR-364<sup>36</sup>, o que causou um grande alerta na opinião pública norte-americana e euroocidental. Não bastassem estes fatos, morre assassinado pelas mãos de fazendeiros da região amazônica, em dezembro de 1988 na cidade de Xapuri, Acre, o seringueiro, sindicalista e ambientalista Chico Mendes. O caso teve uma grande repercussão na mídia internacional e mais uma vez o Brasil se encontrava no foco central das discussões ambientais, novamente no papel de vilão.

Em fevereiro de 1989, esta postura do Governo do Brasil toma forma numa campanha nacionalista em torno da Amazônia. O Governo declara internacionalmente que o Brasil tem direito exclusivo de fazer uso dos recursos da Amazônia, mesmo que fosse necessário desconsiderar qualquer impacto ambiental de caráter global. Além disso, o Governo corretamente responsabilizou os países ricos por séculos de devastação de florestas tropicais para alavancar seu desenvolvimento. Este debate acabou gerando considerações sobre quem deveria pagar pela manutenção da biosfera. Esta retórica nacionalista gerou certa simpatia por parte da opinião pública, mas não o suficiente para neutralizar a opinião pró-ambientalista e frear as críticas internacionais. O Brasil já não podia mais sustentar politicamente estas ações, pois apresentava uma imagem bastante desgastada internacionalmente. Fazia-se urgente uma reestruturação conceitual e organizacional dentro da máquina do Estado. O Governo iniciou uma reformulação de suas políticas ambientais mas, infelizmente, somente os setores secundários se mostraram dispostos a cooperar. O Ministério das Relações Exteriores foi um exemplo de resistência à estas mudanças, pois os principais

---

<sup>35</sup> O Projeto Polonoroeste, ou Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil foi criado em 1981 e visava acelerar o desenvolvimento da região de Rondônia. Contava com financiamento de US\$ 411 milhões do Banco Mundial. Na sua vigência, esse Programa fomentou os mais altos índices de desmatamento de toda região. De uma área de 1.217 Km<sup>2</sup>, em 1975, passou para 30.046 Km<sup>2</sup> em 1987, e apesar de todos os recursos financeiros investidos, esteve longe de atingir os objetivos propostos, e pode ser considerado um desastre tanto do ponto de vista ambiental quanto social.

<sup>36</sup> A BR-364 (trecho Porto Velho-Rio Branco) causou impacto na comunidade internacional por ameaçar terras pertencentes à seringueiros e comunidades indígenas. (Fonte: Site oficial do IBAMA [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br))

ministros à frente desta casa declaravam publicamente que consideravam o movimento ambientalista uma estratégia do Norte contra os interesses do Sul<sup>37</sup>.

Diante de um cenário tão conturbado, o Congresso Nacional decidiu reagir e reverter a idéia de descaso que o Brasil passava ao mundo, dedicando um capítulo inteiro da Constituição de 5 de outubro de 1988 ao meio ambiente, dividindo entre o governo e a sociedade a responsabilidade pela sua preservação e conservação. Este foi um passo decisivo para a formulação de nossa atual política ambiental. A partir daí, foi criado o programa Nossa Natureza, que contava com a participação dos militares, tornando-se a primeira peça de doutrina geopolítica para a Amazônia ao estabelecer diretrizes para a execução de uma política ampla de proteção ambiental. Meses depois, o Governo criou, pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. O IBAMA foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente - SEMA; Superintendência da Borracha - SUDHEVEA; Superintendência da Pesca – SUDEPE, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. Além do IBAMA, em 1990, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República – SEMAM, ligada à Presidência da República, que tinha no IBAMA seu órgão gerenciador da questão ambiental, responsável por formular, coordenar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis. (Viola, 1996:42)

A criação do Programa Nossa Natureza, do IBAMA e da SEMAM foram as primeiras ações brasileiras a mostrar uma iniciativa positiva para o meio ambiente. Com o fim da administração Sarney e a eleição de Fernando Collor, o Brasil iniciou definitivamente a construção de uma história ambientalista. Mesmo não tendo adotado o meio ambiente como bandeira durante sua campanha presidencial em 1989, Collor

---

<sup>37</sup> VIEIRA, L. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro, Editora Record, 6ª ed., 2002.

percebeu, após tomar posse em 15 de março de 1990, que o ambientalismo havia alcançado um lugar de destaque na agenda internacional e que esta poderia ser uma moeda de troca com o Norte. Assim que tomou posse, Collor anunciou a indicação de José Lutzenberger para chefiar a Secretaria de Meio Ambiente, que passou a ter status ministerial. A indicação foi vista, pela imprensa internacional, como uma promessa de comprometimento nacional com a preservação ambiental. Lutzenberger era um consultor de meio ambiente de renome internacional, sendo considerado um dos fundadores do movimento ambientalista brasileiro na década de 1970<sup>38</sup>.

Para surpresa de todos, Lutzenberger<sup>39</sup> não conseguiu estabelecer uma boa relação com a comunidade ambientalista e, internamente, as deficiências organizacionais de sua gestão tornaram a relação com o IBAMA e com a própria Secretaria do Meio Ambiente inviável. Outra expressão de inabilidade de Lutzenberger na condução de políticas ambientais aconteceu durante a reunião preparatória da CNUMAD em Nova Iorque, onde suas divergências com o Ministério das Relações Exteriores dificultou a harmonização da posição brasileira. Além disso, o discurso de Collor em prol do meio ambiente não se refletiu em dotações de recursos orçamentários. Em 1991, uma contenção nas despesas públicas e um achatamento salarial refletiram negativamente nos trabalhos da Secretaria de Meio Ambiente e do IBAMA.

Em 1991, com a proximidade da Conferência do Rio, o Governo tinha a difícil tarefa de preparar o MRE para um debate sobre desenvolvimento sustentável. A primeira etapa desta tarefa coube ao então Ministro das Relações Exteriores Francisco Rezek, que obteve razoável sucesso na implementação de certos pontos do novo modelo de gestão pública erigido por Collor dentro da conservadora e nacionalista visão que o Itamarati possuía quando se tratava de meio ambiente. No entanto, as

---

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> Em 1992, o início do processo de *impeachment* de Collor desencadeou uma crise geral na governabilidade do país. Como reflexo de tamanha crise, mesmo contando com credibilidade internacional, em março de 1992,

divergências entre o Itamarati e a Secretaria de Meio Ambiente dificultaram a operacionalização da posição brasileira durante os encontros preparatórios para a CNUMAD. Enquanto a Secretaria de Meio Ambiente adotava posições bastante radicais, próximas ao biocentrismo<sup>40</sup>, o Itamarati tendia a uma posição de distanciamento que, via de regra, é um direito reservado ao país anfitrião<sup>41</sup>. Com Goldenberger à frente da Secretaria de Meio Ambiente, a partir de abril de 1992 as relações com o Itamarati melhoraram e a organização da Rio 92 obteve grande êxito, já que o país se mostrou um ótimo anfitrião e as reuniões ocorreram sem maiores problemas. (Viola,1996:49)

Como resultado das discussões, negociações e acordos gerados durante as reuniões preparatórias e durante a própria Rio 92, o Governo brasileiro vem tentando, desde então, estabelecer um planejamento estratégico para as suas políticas públicas na área de meio ambiente. O modelo a seguir era consubstanciado pelos fundamentos prescritos na Agenda 21, segundo o qual a melhor estratégia é a criação de planos nacionais que incluam, de maneira integrada e sistêmica, as dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Consciente de que essa seria uma longa tarefa e que seria necessário um órgão livre de vícios governamentais e capaz de conduzir todo o processo de maneira inovadora, o Governo decidiu criar, em fevereiro de 1997, a CPDS - Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, que tem como tarefa, desde então, coordenar e acompanhar a

---

Lutzenberger é substituído por José Goldenberger, que atualmente está a frente da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

<sup>40</sup> O biocentrismo defende uma posição igualitária entre os seres vivos e imprime à natureza um valor intrínseco, desvinculado-a de qualquer conotação de valor que ela tenha para o homem. É considerada uma nova ética que substitui os valores do antropocentrismo, que reserva ao homem a posição central no universo e nas relações do homem com o meio. O Biocentrismo dispensa pouca atenção às questões sociais e políticas, tendendo à uma visão mais espiritualista. Também são chamados de fundamentalista ou “*deep ecology*” (*ecologia profunda*) pelo radicalismo de suas posições. (Fonte: Revista Política e Trabalho, Set. 1997, pg. 10)

<sup>41</sup> Conforme Eduardo Viola apresenta em seu texto “A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995” (1996:47), a preparação do Governo brasileiro para a RIO-92 foi baseada nos seguintes princípios: “1) *os problemas ambientais globais são relevantes e devem ser tratados prioritariamente pela comunidade internacional; e 2) existe responsabilidade diferenciada pela causa e pela correspondente solução dos problemas ambientais globais, sendo que os países ricos devem assumir um custo fortemente maior.*”



implementação da Agenda 21 Nacional, elaborando estratégias, instrumentos e recomendações voltadas para o desenvolvimento sustentável do país<sup>42</sup>.

A Agenda 21 Nacional é o documento base para a implementação de políticas públicas de planejamento estratégico e participativo com uma abordagem multissetorial. Conforme a metodologia de trabalho da CPDS, foram selecionadas, com base nas potencialidades e vulnerabilidades do Brasil, seis áreas temáticas<sup>43</sup>, nas quais as ações do Governo deveriam se concentrar. Sobre cada tema seria realizado um trabalho de consulta aos diferentes segmentos da sociedade e para isso o MMA contratou, via concorrência pública nacional, seis consórcios que se encarregaram de organizar as discussões e elaboração de documentos que serviriam como referência para a Agenda 21 Nacional. Por meio de *workshops* e seminários abertos ao público, procurou-se envolver todos os setores da sociedade que se relacionam com os temas em questão. A consulta visava a identificar, em cada tema, a opinião dos diferentes atores sociais, os conceitos, os entraves e as propostas para a construção da sustentabilidade no Brasil<sup>44</sup>. Embora a metodologia definida tenha previsto uma ampla participação dos principais atores governamentais e da sociedade civil na construção dos seis temas básicos, os esforços despendidos, durante a primeira consulta realizada em 1999, não lograram êxito no sentido de envolver amplas camadas da população e de colocar o processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira na pauta política do país.

A CPDS percebeu, então, que deveria mudar pontos de sua metodologia e para isso, entre setembro de 2000 e maio de 2001, a Comissão organizou uma agenda de visitas aos 27 estados da Federação, divulgando, organizando e realizando os debates estaduais. Se antes a CPDS havia excluído a participação dos setores industriais e

---

<sup>42</sup> Fonte: Site do Ministério do Meio Ambiente – [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

<sup>43</sup> As seis áreas temáticas são: Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infra-estrutura e Integração Regional, Gestão dos Recursos Naturais, Redução das Desigualdades Sociais e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

<sup>44</sup> Os resultados do trabalho das consultorias realizado durante o ano de 1999 foram publicados em seis volumes, cada qual tratando de um dos seis temas elaborados pela CPDS. Estas publicações foram lançadas em janeiro de 2000 e podem ser obtidas no site <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/index.cfm>

financeiros, agora os bancos estaduais, a Petrobrás e a iniciativa privada eram convidados a participar de todos os encontros organizados. Além disso, o envolvimento do então Presidente Fernando Henrique Cardoso na divulgação do processo despertou o interesse dos diferentes segmentos, o que garantiu a presença maciça dos representantes de vários setores. Três mil e novecentos representantes de instituições governamentais, civis e do setor produtivo participaram, de forma direta, dos debates estaduais<sup>45</sup>. Destes encontros, realizados entre junho e outubro de 2001, nasceu a “Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussão”<sup>46</sup>, um documento de relatoria que expressa a visão predominante de cada estado acerca das diretrizes e ações para o desenvolvimento sustentável no Brasil. A primeira etapa deste processo estratégico, participativo e setorial consolidou-se com a elaboração da Agenda 21 Brasileira, em junho de 2002. Já a segunda etapa, que está em andamento, conta com a inserção desta Agenda nas políticas públicas do Brasil através da elaboração dos Planos Plurianuais do Governo – PPA, uma determinação constitucional de a cada quatro anos aprovar no Congresso Nacional os programas nos quais serão aplicados os recursos públicos do país.

Como percebemos, localizar os problemas de ordem ambiental e estabelecer prioridades entre eles talvez não seja a parte mais difícil na elaboração das políticas públicas de meio ambiente, mas unir a vontade política com a necessária coordenação de esforços na busca por resultados efetivos requer uma habilidade ímpar. Como podemos constatar, o estabelecimento de uma política nacional de meio ambiente é uma tarefa complexa, pois a orquestração dos diferentes setores governamentais encarregados do tema nem sempre é possível. Se é possível identificar estas dificuldades quando se focaliza o âmbito nacional, é razoável presumir que tais dificuldades se mostram bem mais circunspectas quando se propõe a conceber uma agenda e política ambiental de abrangência mundial, em função do maior número de atores envolvidos e dos distintos – e quase sempre contraditórios - interesses que estão em jogo. Os regimes internacionais de meio ambiente, por exemplo, têm a função

---

<sup>45</sup> Fonte: Site oficial do Ministério do Meio Ambiente [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br).

<sup>46</sup> A “Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussão” pode ser obtida no site [www.mma.gov.br/port/se/agen21/index.cfm](http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/index.cfm)

de organizar, normatizar e disseminar os princípios da sustentabilidade ambiental em escala global, mas podem falhar em seus propósitos em função da inexistência de um sistema efetivo de sanções ou mesmo, simplesmente, pelo livre-arbítrio dos Estados na adesão (ou não adesão) a estes regimes. Ou seja, ao mesmo tempo em que os acordos e protocolos internacionais afins existem para regular a relação dos Estados com o meio ambiente, tudo isso acontece dentro de um sistema internacional fragilizado e muitas vezes anárquico, onde não existe um poder supranacional direto que obrigue abertamente o Estado-nação a se submeter aos regimes.

Ribeiro, ao comentar a funcionalidade dos regimes internacionais de meio ambiente, lembra que um bom exemplo de como estes regimes internacionais podem falhar em seus propósitos, é a própria Rio 92 e os documentos que daí resultaram. É razoavelmente consensual que as grandes aspirações não apresentaram os resultados esperados. Mesmo com a assinatura de importantes documentos, poucos avanços foram alcançados, especialmente em relação às mudanças climáticas e à perda de biodiversidade. Conforme Ribeiro, uma das explicações é que a Conferência do Rio deu um grande passo rumo ao desenvolvimento sustentável, mas se esqueceu de discutir as difíceis escolhas e contrapartidas que envolvem questões de meio ambiente e desenvolvimento. Isto ficou bastante claro na oposição norte-americana e dos países produtores de petróleo em relação à Convenção Internacional sobre Mudanças Climáticas. A atitude destes países mostrou ao mundo que nem sempre as metas ambientais e de políticas econômicas estão do mesmo lado e que as ações para atingi-las não são as mesmas. Outro exemplo de que os interesses econômicos muitas vezes superam as questões ambientais, é a oposição que estes mesmos países colocaram quanto à discussão sobre o aumento de energias renováveis que o Brasil<sup>47</sup> propôs durante a Rio+10.

## 5. CONCLUSÃO

O meio ambiente e o desenvolvimento sustentável vem se tornando, desde a década de 1970, fontes de calorosas discussões nas relações internacionais e nas políticas domésticas, assim como foi mostrado na primeira parte deste trabalho. A interpretação do termo Desenvolvimento Sustentável vem passando por transformações desde de sua primeira elaboração dentro do Relatório Brundtland, na tentativa de se incluir nele aspectos relativos ao processo de globalização. Assim como já foi proposto durante o decorrer deste trabalho, tentar delimitar cada vez mais o conceito de desenvolvimento não tem trazido os resultados esperados. A proposta aqui colocada foi que as instituições internacionais e os estados considerem a possibilidade de se inverter este processo, alargando as bases do desenvolvimento sustentável na tentativa de se abarcar cada vez mais um maior número de interesses. A mudança deve acontecer, acima de tudo, na essência e no pensamento humano, reconhecendo que os danos ambientais e o sacrifício que a pobreza impõe ao homem não podem mais ser tratados por políticas de curto prazo, já que as conseqüências recairão sobre todos os cantos do planeta durante décadas e até mesmo séculos. As conferências das Nações Unidas, as convenções e os protocolos adicionais vêm adquirindo uma crescente importância na política mundial, enquanto disseminam princípios de sustentabilidade na figura dos regimes como instituições internacionais, servindo como instrumentos para a aplicação de normas, procedimentos e programas que governam as atividades dos atores no sistema internacional.

A Segunda parte deste trabalho apresentou argumentações acerca do Estado, das Relações Internacionais e das organizações e regimes internacionais. Dentro da dinâmica das relações internacionais voltada para o meio ambiente, para o social e para o desenvolvimento, a cooperação internacional deve ser um mecanismo usado entre os estados e as instituições, promovendo a interação e a convergência de

---

<sup>47</sup> O Brasil mantém a posição de líder internacional nas discussões sobre energias renováveis. Embora 80% da matriz energética nacional seja oriunda de fontes renováveis (hidrelétricas), o Brasil discute formas de reduzir o impacto ambiental desses empreendimentos hidrelétricos, assim como vem estudando a viabilidade de formas

interesses, ao invés de servir como instrumento de manipulação por parte dos países desenvolvidos e as instituições que os representam. Organizações internacionais como o FMI e o Banco Mundial devem iniciar um processo de revisão em suas políticas assistenciais para os países desenvolvidos, de maneira a impor menos sacrifícios sociais e econômicos, já que a função primordial destas instituições é servir de instrumento no processo de desenvolvimento social e crescimento econômico. Além disso, a globalização das economias, que a princípio deveria representar benefício para todos, vem sendo conduzida dentro de princípios anti-éticos normativos, beneficiando poucos, enquanto vitimiza muitos. A economia liberal-capitalista, baseada na abertura de mercados, na privatizações e na descentralização do poder estatal, deveria ser regida sob uma conduta de bases morais e justas, no sentido de prover aos países em desenvolvimento uma maior autonomia em relação aos organismo de financiamento e empréstimo. O FMI, deveria perseguir modelos que promovessem o equilíbrio, e a OMC, no papel de órgão regulador do comércio internacional, deveria agir efetivamente na proteção dos países em desenvolvimento, que muitas vezes não encontram o caminho comercial livre, favorável e justo para a sua emancipação econômica.

A terceira e última parte deste trabalho, ao mostrar o exemplo da Holanda, sugere que o processo de implementação de eficazes políticas ambientais é viável, especialmente nos países desenvolvidos. Todavia, para os países em desenvolvimento, as políticas ambientais nem sempre são possíveis em face do grau de desenvolvimento que estes países possuem e almejam alcançar. As ações políticas eficazes para a promoção do desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente requerem uma coordenação de esforços que nem sempre o Estado é capaz de implementar. O Brasil, que iniciou sua inserção no cenário internacional ambiental com uma postura defensiva, nacionalista e desenvolvimentista, vem conseguindo lograr resultados razoáveis através de suas políticas domésticas, além de ter conseguido reverter nos últimos anos, aquela imagem de vilão do meio ambiente internacional que ele carregou durante vários anos. Ao sediar a Rio 92, o Brasil entrou definitivamente no quadro das relações internacionais do meio ambiente e hoje é dos países que mais se compromete

internacionalmente com a promoção do desenvolvimento sustentável e com as normas internacionais que regulam e combinam a proteção do meio ambiente e o crescimento econômico.

## 6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANGHIE, A. **Time Present And Time Past: Globalization, International Financial Institutions, and the Third World.** 32(2), New York University Journal of International Law and Politics 243 (2000).

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 1 e 2, 9ª ed., 1997.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente. Apresenta dados sobre política ambiental e a Rio 92. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/index.cfm>. Acesso em 16 abril 2003.

CIA, The World Factbook of CIA, 2002.

DREW, D. **Processos interativos homem/meio ambiente.** Rio de Janeiro, Bertrand, 1944.

FERREIRA, L.C. e COSTA, E. **Incertezas de sustentabilidade da globalização.** Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2ª ed., 1996.

GIDDENS, A. **A terceira via.** Rio de Janeiro, Editora Record, 3ª ed., 1999.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo, Editora UNESP, 1991.

HURREL, A. International Political Theory and the Global Enviroment. **International Relations and Theory Today.** United States, The Pennsylvania State University Press, p. 129-152, 1995.

IBAMA, Desenvolvido pelo IBAMA. Apresenta dados sobre políticas ambientais. Disponível em [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br) . Primeiro acesso em 11 março 2003.

LE PESTRE, P. **Ecopolítica internacional**. São Paulo, Editora SENAC, 2000.

OCDE. Desenvolvido pela Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento. Apresenta dados sobre instrumentos de cooperação que incentivam o desenvolvimento econômico. Disponível em [www.oecd.org](http://www.oecd.org) . Acesso em 06 junho 2003.

ONU. Desenvolvido pela Organização das Nações Unidas. Apresenta dados sobre Conferência, Convenções e Protocolos Internacionais sobre meio ambiente. Disponível em [www.un.org](http://www.un.org) . Primeiro acesso em 05 março 2003.

RANGEL, V.M. **O Direito e Relações Internacionais**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 6ª ed., 2000.

RATTNER, H. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo, Editora Nobel, 1999.

RIBEIRO, W.C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo, Editora Contexto, 2001.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GENÉTICA. Desenvolvido pela Sociedade Brasileira de Genética. Apresenta dados sobre biodiversidade. Disponível em [www.sbg.org.br](http://www.sbg.org.br). Acesso em 03 maio 2003.

SOUTH PACIFIC ORGANIZER. Desenvolvido pela South Pacific Organizer. Apresenta dados sobre os países da região do Pacífico Sul. Disponível em [www.southpacific.org/text/tuvalu.html](http://www.southpacific.org/text/tuvalu.html). Acesso em 18 março 2003.



THE ECONOMIST. Suplemento encartado no jornal Valor Econômico, Editora Edição nº 89, p.2-15, 9 de julho 2002.

UNCTAD, Handbook of Statistic, 2002;

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro, Editora Record, 6ª ed., 2002.

VIOLA, E. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas, Unicamp, 1996.

VIOLA, E.J., LEIS, H.R. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. Florianópolis, Universidade de Santa Catarina, Editora Cortez, 3ª ed., 2001.

WHITTAKER, D. J. **United Nations in Action**. London, University College London, 1995.

WORLD RESOURCE INSTITUTE , Relatório Bienal “Rethinking the Link”, 2000-2001;